

ISSN 18078834

BNB

Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste

56

jul/set - 2018

OBRA PUBLICADA PELO



PRESIDENTE

Romildo Carneiro Rolim

DIRETORES

Antônio Rosendo Neto Júnior

Cláudio Luiz Freire Lima

José Max Araújo Bezerra

Nicola Moreira Miccione

Perpétuo Socorro Cajazeiras

ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE – ETENE

Luiz Alberto Esteves

Economista Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Gerente de Ambiente

Airton Saboya Valente Junior

Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas

Macroeconômicos

CORPO EDITORIAL

Editor-Científico

Luiz Alberto Esteves

Editor-Chefe

Tibério Rômulo Romão Bernardo

Editor-Executivo

Airton Saboya Valente Júnior

EQUIPE TÉCNICA

Nível de Atividade Econômica

Allisson David de Oliveira Martins

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Produção Agropecuária

Jackson Dantas Coêlho

Produção Industrial

Liliane Cordeiro Barroso

Serviços e Comércio Varejista

Airton Saboya Valente Junior

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Mercado de Trabalho

Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão

Comércio Exterior

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas e Cesta Básica

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Intermediação Financeira e Índice de Preços

Allisson David de Oliveira Martins

Estagiário

Antônio Kassyo Monteiro Costa

Dalylla Soares de Azevedo

Rodrigo Fernandes Ribeiro

Jovem Aprendiz

Sarah Lucena Barros

Yago Carvalho Lima

Tabulação de Dados

Bruno Gabai

José Wandemberg Rodrigues Almeida

Revisão

Hermano José Pinho

Diagramação

Gustavo Bezerra Carvalho

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - ETENE

Av. Dr. Silas Munguba, 5.700 - Bloco A2 - Térreo
Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3251-7177

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica - Edição 56
(Julho – Setembro 2018).
Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2018

ISSN 18078834

Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

1 Atividade Econômica	04
2 Produção Agropecuária	08
3 Produção Industrial.....	13
4 Serviços.....	20
5 Comércio Varejista	22
6 Mercado de Trabalho.....	24
7 Comércio Exterior.....	28
8 Finanças Públicas.....	33
9 Intermediação Financeira.....	36
10 Índices de Preços.....	38
11 Cesta Básica.....	40

1 Atividade Econômica

O Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,8% na passagem do 2º para o 3º trimestre de 2018, na série com ajuste sazonal. Quanto ao 3º trimestre de 2017, o crescimento foi de 1,3%. No acumulado nos quatro trimestres terminados no 3º trimestre de 2018, o PIB subiu 1,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. Já no acumulado de 2018, o PIB cresceu 1,1%, em relação ao mesmo período de 2017. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em valores correntes, o PIB no terceiro trimestre de 2018 alcançou R\$ 1,7 trilhão, sendo R\$ 1,5 trilhão do Valor Adicionado a preços básicos e R\$ 0,2 trilhão dos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios. A taxa de investimento foi de 16,9% e a taxa de poupança foi de 14,9%.

O PIB cresceu 0,8% na comparação do 3º trimestre de 2018 contra o 2º trimestre do ano, considerando a série com ajuste sazonal. A agropecuária registrou crescimento de 0,7%, a indústria teve variação positiva de 0,4% e os serviços aumentaram em 0,5%, conforme especificado na Tabela 1.

Entre as atividades industriais, houve alta de 0,8% nas Indústrias de transformação. Tanto as indústrias extrativas quanto a construção registraram variação positiva de 0,7%. A queda única foi de eletricidade e gás, água, esgoto, atividades de gestão de resíduos (-1,1%).

Nos serviços, todos os setores apresentaram resultados positivos: transporte, armazenagem e correio (+2,6%); comércio (+1,1%); atividades imobiliárias (+1,0%); atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados (+0,4%); informação e comunicação (+0,2%); outras atividades de serviços (+0,2%); e administração, defesa, saúde e educação públicas e seguridade social (+0,1%).

O PIB acumulado nos quatro trimestres terminados em setembro de 2018 subiu 1,4% em relação aos quatro trimestres imediatamente anteriores. A taxa resultou das elevações no Valor Adicionado a preços básicos (+1,3%) e nos Impostos sobre Produtos Líquidos de Subsídios (+2,1%). A alta do Valor Adicionado neste tipo de comparação decorreu dos seguintes desempenhos: agropecuária (+0,4%), indústria (+1,3%) e serviços (+1,5%).

Na ótica da despesa, a Formação Bruta de Capital Fixo cresceu 4,3% e a Despesa de Consumo das Famílias, 2,3%. A Despesa de Consumo do Governo teve variação positiva de 0,2%. Assim, todos os componentes da demanda interna tiveram resultado positivo, desempenho que não ocorria desde o segundo trimestre de 2014. No setor externo, as Exportações de Bens e Serviços (+3,3%) e as Importações de Bens e Serviços (+9,1%) cresceram, vide Tabela 2.

A taxa de investimento no 3º trimestre de 2018 foi de 16,9% do PIB, o que representa aumento em relação àquela observada no mesmo período do ano anterior (15,4%). A taxa de poupança foi de 14,9% no terceiro trimestre de 2018, não havendo variação na comparação com o mesmo período de 2017.

As estimativas mais recentes do Relatório Focus, elaborado pelo Banco Central, indicam que o PIB brasileiro deverá crescer 1,3% em 2018 e 2,5% em 2019.

Em relação às regiões, o índice de atividade econômica, calculado pelo Banco Central, aponta as seguintes taxas de crescimento, no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2018: Norte (+2,6%), Sul (+1,8%), Sudeste (+1,4%) e Centro-Oeste (+0,9%). O Nordeste (-0,2%) registrou leve redução no indicador de atividade econômica na mesma base de comparação.

Em termos estaduais, o índice de atividade econômica do Espírito Santo (+2,3%) apresentou a melhor performance no acumulado dos últimos 12 meses, dentre os Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste. Em seguida, tem-se a Bahia (+1,7%), Minas Gerais (+1,5%), Pernambuco (+1,4%), e por último, o Ceará (+1,1%). Não se dispõe de dados para as demais Unidades Federativas do Nordeste.

Tabela 1 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda

Período de comparação	Indicadores (%)						
	PIB	Agropecuária	Indústria	Serviços	FBCF	Consumo Familiar	Consumo Governo
Trimestre / trimestre imediatamente anterior (com ajuste sazonal)	0,8	0,7	0,4	0,5	6,6	0,6	0,3
Trimestre / mesmo trimestre do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,3	2,5	0,8	1,2	7,8	1,4	0,3
Acumulado em quatro trimestres / mesmo período do ano anterior (sem ajuste sazonal)	1,4	0,4	1,3	1,5	4,3	2,3	0,2
Valores correntes no trimestre (R\$ bilhões)	1716,2	61,9	331,6	1070,5	289,2	1105,8	323,7

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 2 - Taxa de crescimento (%) do PIB, componentes da produção e componentes da demanda

Taxa Acumulada nos Últimos Quatro Trimestres						
Últimos quatro trimestres / quatro trimestres imediatamente anteriores (%)		2017.III	2017.IV	2018.I	2018.II	2018.III
PIB a preços de mercado		-0,1	1,1	1,3	1,4	1,4
Ótica da produção	Valor adicionado bruto da agropecuária	11,2	12,5	5,5	1,8	0,4
	Valor adicionado bruto da indústria	-1,9	-0,5	0,3	1,0	1,3
	Valor adicionado bruto dos serviços	-0,5	0,5	1,3	1,5	1,5
Ótica da demanda	Despesa de consumo das famílias	-0,1	1,4	2,3	2,6	2,3
	Despesa de consumo do governo	-0,8	-0,9	-0,3	-0,1	0,2
	Formação bruta de capital fixo	-5,2	-2,5	-0,6	2,0	4,3
	Exportação de bens e serviços	1,0	5,2	6,1	4,6	3,3
	Importação de bens e serviços (-)	2,5	5,0	4,6	7,0	9,1

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Índice de Atividade Econômica do Brasil apresentou leve queda de 0,1% em setembro de 2018, quando comparado ao mês imediatamente anterior, na série livre dos efeitos sazonais. Este resultado reflete resultados mensais negativos no volume de vendas do comércio varejista ampliado (-1,5%) e produção física industrial (-1,2%). Contudo, no acumulado de 2018, o referido indicador de atividade econômica avançou 1,1% e aumentou 1,4% nos últimos 12 meses, o que denota retomada moderada da economia, conforme apontam os dados do Banco Central (BACEN).

Quatro regiões registraram variações positivas no Índice de Atividade Econômica do Banco Central no acumulado dos últimos 12 meses encerrados em setembro de 2018: Norte (+2,6%), Sul (+1,8%), Sudeste (+1,4%) e Centro-Oeste (+0,9%). O Nordeste (-0,2%) registrou leve redução no indicador de atividade econômica na mesma base de comparação. Vide Tabela 3 e Gráfico 1.

Vale registrar que o índice de atividade regional do Nordeste (IBCR-NE), calculado pelo Banco Central em setembro, apresentou números negativos em todos os indicadores: mês/mês imediatamente anterior (-0,4%), mês/mesmo mês do ano anterior (-0,6%), acumulado de 2018 (-0,7%) e variação acumulada dos últimos 12 meses (-0,1%).

A atividade industrial com crescimento ainda tímido na Região, +0,7% no acumulado dos últimos 12 meses, mas, sobretudo, a retração do setor de serviços em todos os estados, repercute sensivelmente no índice de atividade econômica do Nordeste, fazendo com que registre leve retração econômica.

Em termos estaduais, o índice de atividade econômica da Bahia, estado de melhor performance na Região Nordeste, apresentou crescimento de 1,7% no acumulado dos últimos 12 meses. O comportamento recente da economia baiana decorre em razão do comércio varejista ampliado, que registrou elevação de 2,4%. Em sentido contrário, o setor de Serviços declinou 2,9% nessa mesma base de comparação.

Em Pernambuco, o índice de atividade cresceu 1,4% nos últimos 12 meses finalizados em setembro de 2018. Cabe mencionar o desempenho da produção industrial (+5,8%). Destacaram-se as atividades de fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (+39,0%) e fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos (+12,4%). O comércio varejista ampliado pernambucano cresceu (+1,5%), enquanto que em sentido contrário, o setor de Serviços registrou resultado negativo no período (-2,7%).

O índice de atividade econômica do Ceará, subiu 1,1% no acumulado dos últimos 12 meses terminados em setembro de 2018. Destaque para a indústria, que apresentou aceleração de 1,4%, com sete dos onze ramos investigados apresentando elevação na produção. Sob a ótica do comércio varejista ampliado, observou-se crescimento no volume de vendas (+4,0%). Em contraste, os serviços recuaram 9,4% nesse Estado no período em análise.

O comércio varejista ampliado mineiro avançou 5,1%, o que repercutiu positivamente no índice de atividade econômica em Minas Gerais, que subiu 1,5% nos últimos 12 meses. De forma contrária, os serviços (-0,7%) e a indústria mineira (-1,0%) registraram retração. O índice de atividade do Espírito Santo (+2,3%) avançou no acumulado dos últimos 12 meses, reflexo do comportamento positivo do comércio varejista ampliado (+14,3%), enquanto que a indústria recuou (-2,5%) e os serviços (-0,4%) também retrocederam na mesma base de comparação.

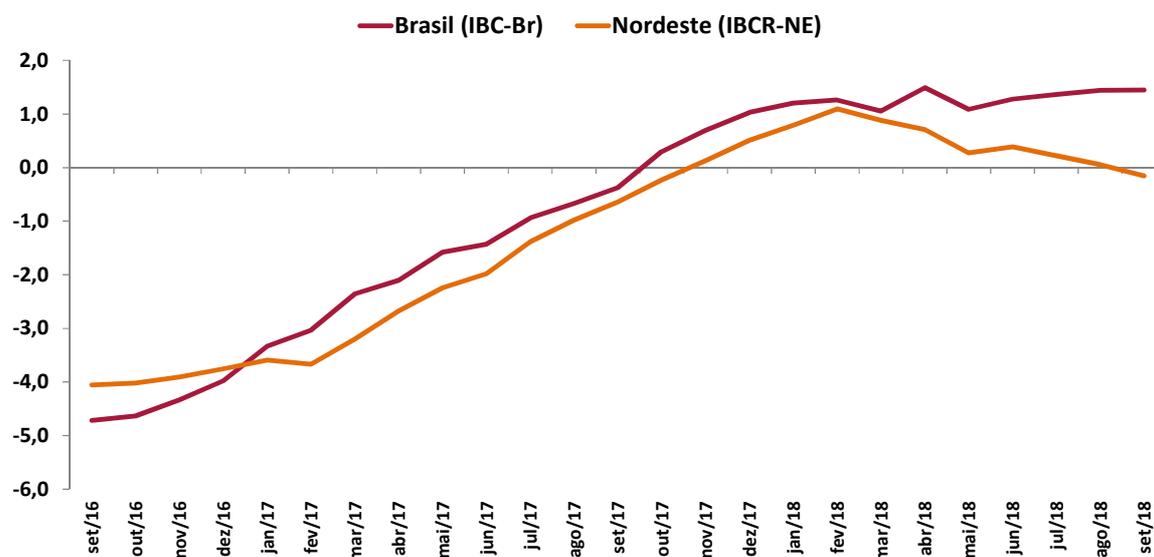
Tabela 3 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil, Nordeste, regiões e estados selecionados

País/Região/Estado	2015	2016	2017	2018 ⁽¹⁾
Brasil	-4,1%	-4,0%	1,0%	1,5%
Nordeste	-2,3%	-3,8%	0,5%	-0,2%
Bahia	-2,6%	-5,6%	-0,6%	1,7%
Ceará	-3,6%	-3,6%	0,1%	1,1%
Pernambuco	-4,5%	-5,3%	0,7%	1,4%
Sudeste	-2,9%	-4,2%	-0,2%	1,4%
Espírito Santo	-1,6%	-8,3%	1,3%	2,3%
Minas Gerais	-3,8%	-2,6%	0,3%	1,5%

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Nota: (1) A variação em 2018 refere-se aos últimos 12 meses encerrados em setembro/2018.

Gráfico 1 - Variação (%) do Índice de Atividade Econômica do Brasil e Nordeste - Acumulado em 12 meses



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

2 Produção Agropecuária

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a estimativa para a safra nacional de grãos deverá totalizar 226,2 milhões de toneladas em 2018, sendo 6,0% inferior à obtida em 2017 (240,6 milhões de toneladas), implicando redução de 14,4 milhões de toneladas (Tabela 1). Quanto à área a ser colhida, estima-se 61,0 milhões de hectares, retração de 220,6 mil hectares, 0,4% menor em comparação com a área colhida em 2017.

A previsão é de declínio na produção das principais culturas do País, a exemplo do milho (-18,6%) e arroz (-5,7%), enquanto que a soja (+2,0%) deverá incrementar o patamar de produção. Os produtos citados representam, em conjunto, 92,8% da estimativa de produção e 87% da área a ser colhida no País no corrente ano.

O IBGE considera outras atividades além dos grãos. Parte desses produtos deverá obter expressivo incremento, a exemplo do café (+24,0%), com a produção aumentando para 3,4 milhões de toneladas e algodão (+25,1%), com a produção alcançando 4,8 milhões de toneladas em 2018.

Vale ressaltar que, entre as regiões, a produção de grãos deverá apresentar variação positiva somente no Nordeste, com crescimento de 7,7%, considerando que as condições climáticas favoráveis favorecem o desenvolvimento das culturas.

No entanto, nas demais regiões, a previsão é de declínio na safra de 2018, considerando que a ação do fenômeno La Niña contribui para incrementar intensidade de chuvas no Norte e Nordeste, enquanto, para a Região Sul, o mesmo fenômeno provoca diminuição das precipitações pluviométricas, prejudicando a atividade agrícola. O Sul deverá apresentar a maior variação negativa, retração de 10,4%, seguida do Centro-Oeste (-5,8%), Sudeste (-3,2%), e Norte (-2,4%), conforme disposto na Tabela 1.

Apesar do incremento, o Nordeste tem participação de 8,5% da produção de grãos (19,2 milhões de toneladas) e segue como a quarta maior região produtora de grãos no País, pouco abaixo em comparação com o Sudeste, participação de 10,2% da produção de grãos no País (23,1 milhões de toneladas). O Centro-Oeste, com produção de 99,8 milhões de toneladas, cerca de 44,1% da produção nacional, lidera com larga vantagem seguido do Sul (33,3%), representando 75,2 milhões de toneladas. O Norte 3,8% (8,6 milhões) permanece no quinto posto.

Cabe mencionar que no Nordeste deverá ocorrer expansão da produção de trigo (+400,0%), mamona (+106,4%), algodão herbáceo (+34,2%), cacau (+23,1%), soja (+15,6%), amendoim (+6,4%) e café (+3,7%), conforme dados da Tabela 2. Em relação à participação do Nordeste na produção nacional de algumas culturas, destacam-se: castanha-de-caju (98,6%), mamona (92,5%), cacau (43,9%), banana (30,9%), algodão (26,3%), mandioca (25,1%) e uva (24,9%).

Dentre os estados do Nordeste, a estimativa é de crescimento na safra 2018 no Rio Grande do Norte (+171,3%), Paraíba (+138,3%), Pernambuco (+72,6%), Ceará (+23,1%), Piauí (+15,3%), Bahia (+14,5%) e Maranhão (+0,3%). Na mesma base de análise, Sergipe (76,7%) e Alagoas (-27,3%) registrar redução de suas respectivas safras.

Na Bahia, principal produtor de grãos no Nordeste, cuja participação na produção da Região corresponde a 48,1%, destaca-se o incremento dos seguintes produtos: trigo (+400,0%), algodão (+37,1%), milho (+18,3%), soja (+12,3%) e café (+3,7%). Vale destacar ainda o crescimento de 44,8% da produção de cana-de-açúcar.

Maranhão, segunda maior participação na Região (23,1%), será favorecido pelo incremento da soja (+17,1%) e algodão (+7,4%). No entanto, as produções de milho (-18,9%) e arroz (-7,6%) deverão cair. Piauí, terceiro maior produtor de grãos no Nordeste, as principais estimativas de acréscimo são para algodão (+24,2%), soja (+22,2%), milho (+6,8%) e arroz (+3,8%).

No Ceará, verifica-se aumento na produção de algodão (+156,1%), milho (+33,3%), café (+26,0%), arroz (+6,8%) e feijão (+5,9%), além de mandioca (+16,4%) e tomate (+12,5%). Em Sergipe, quinto maior produtor de grãos na Região, estima-se redução de 76,7% na colheita, com reduções significativas na produção de feijão (-82,6%), milho (-78,2%) e arroz (-50,0%). A safra de cana-de-açúcar também deverá sofrer redução, estimada em 6,1%.

Em Pernambuco (aumento de 72,6% na colheita), as maiores expansões na produção de grãos devem ocorrer para feijão (+76,3%) e milho (+74,3%). Por outro lado, importantes culturas devem declinar, a exemplo: cana-de-açúcar (-31,0%) e uva (-20,7%). Na Paraíba (+138,3%), a expectativa de crescimento da produção está sendo estimulada pela expansão do milho (+167,6%), arroz (+141,0%) e feijão (+104,8%). A cultura da cana-de-açúcar (+5,2%) também deverá expandir.

Em Alagoas, projeta-se crescimento da safra de soja (+797,5%) e feijão (+28,5%), além da mandioca (+13,7%) e cana-de-açúcar (+1,6%). Por outro lado, estima-se queda na produção de banana (-6,3%). No Rio Grande do Norte, Estado com a menor participação na produção de grãos no Nordeste, verifica-se aumento (+171,3%) na safra de 2018, favorecido pelas colheitas de milho (+398,5%) e feijão (+148,4%).

Tabela 1 - Safra de grãos no Brasil, Nordeste e estados selecionados em 2017 e 2018 - Em toneladas

País/Região/Estado	Safra 2017	Part. (%)*	Safra 2018	Part. (%)*	Var. (%)
Nordeste	17.868.701	7,4%	19.239.224	8,5%	7,7
Bahia	8.078.077	45,2%	9.246.519	48,1%	14,5
Maranhão	4.427.217	24,8%	4.438.308	23,1%	0,3
Piauí	3.685.171	20,6%	4.249.683	22,1%	15,3
Ceará	528.071	3,0%	650.232	3,4%	23,1
Sergipe	854.519	4,8%	199.485	1,0%	-76,7
Pernambuco	118.693	0,7%	204.861	1,1%	72,6
Paraíba	50.303	0,3%	119.879	0,6%	138,3
Alagoas	107.418	0,6%	78.078	0,4%	-27,3
Rio Grande do Norte	19.234	0,1%	52.178	0,3%	171,3
Centro-Oeste	105.931.067	44,0%	99.835.499	44,1%	-5,8
Sul	83.982.424	34,9%	75.254.621	33,3%	-10,4
Sudeste	23.918.522	9,9%	23.164.295	10,2%	-3,2
Norte	8.904.031	3,7%	8.689.610	3,8%	-2,4
Brasil	240.604.746	100,0%	226.183.249	100,0%	-6,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): Participação das regiões em relação ao País e participação dos estados do Nordeste em relação a esta Região.

Tabela 2 - Principais produtos da safra agrícola no Brasil e Nordeste em 2017 e 2018 - Em toneladas

Produto	Brasil		Var. (%)	Nordeste		Var. (%)
	Safra 2017	Safra 2018		Safra 2017	Safra 2018	
Cereais, legumes, oleaginosas	240.604.746	226.183.249	-6,0	17.868.701	19.239.224	7,7
Algodão herbáceo	3.838.785	4.803.446	25,1	940.946	1.262.418	34,2
Amendoim	541.178	553.202	2,2	10.758	11.451	6,4
Arroz	12.452.662	11.737.392	-5,7	453.037	413.478	-8,7
Aveia	609.130	940.148	54,3	-	-	..
Centeio	6.959	9.028	29,7	-	-	..
Cevada	286.405	384.985	34,4	-	-	..
Feijão	3.291.312	3.186.587	-3,2	630.282	710.003	12,6
Girassol	103.338	143.811	39,2	-	-	..
Mamona	11.834	24.503	107,1	10.984	22.673	106,4
Milho	99.546.028	81.022.069	-18,6	-	-	0,0
Soja	114.982.993	117.255.703	2,0	9.491.271	10.975.354	15,6
Sorgo	2.147.706	2.100.606	-2,2	263.268	167.168	-36,5
Trigo	4.241.602	5.849.671	37,9	3.000	15.000	400,0
Triticale	41.940	45.442	8,4	-	-	..
Banana	7.185.903	6.741.033	-6,2	2.381.001	2.079.285	-12,7
Batata	4.279.797	3.915.378	-8,5	266.713	203.216	-23,8
Cacau	214.348	235.203	9,7	83.869	103.218	23,1
Café	2.776.621	3.443.612	24,0	183.897	190.677	3,7
Cana-de-açúcar	687.809.933	672.857.493	-2,2	48.367.207	45.705.729	-5,5
Castanha-de-caju	134.580	127.907	-5,0	133.028	126.179	-5,1
Fumo	871.247	800.387	-8,1	16.173	19.771	22,2
Laranja	18.666.928	17.100.402	-8,4	1.609.058	1.487.891	-7,5
Mandioca	20.606.037	19.929.598	-3,3	5.172.156	5.008.132	-3,2
Tomate	4.373.047	4.243.938	-3,0	526.530	459.258	-12,8
Uva	1.680.020	1.444.600	-14,0	444.958	358.780	-19,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O Brasil é o maior produtor mundial de cana-de-açúcar, tendo referida atividade substancial importância para o agronegócio brasileiro. A cana-de-açúcar possui diversas utilidades, podendo ser empregada in natura, sob a forma de forragem (alimento rico em fibra), para alimentação animal, ou como matéria-prima para a fabricação de açúcar, produção de etanol, além de rapadura, melado, aguardente e outros derivados.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a estimativa para a safra de 2018 é de 672,8 milhões de toneladas. Isso implica em uma queda de 2,2%, redução de 14,9 milhões de toneladas frente à safra anterior. Assim como a produção, a área colhida deverá diminuir, alcançando 9,2 milhões de hectares, 1,2% menor em comparação com 2017. No parâmetro da produtividade, a estimativa é que o País colha, em média, 73.280 kg/hectares, perdendo 1% da produtividade, ou seja, 74.044 kg/hectares em 2017.

Estima-se redução na produção em quatro das cinco regiões do País em 2018: Norte (-8,1%) contabiliza a maior queda na produção, seguindo-se o Sul (-6,1%); além do Nordeste (-5,5%); e Sudeste (-2,8%), este último o principal produtor do País, respondendo por 64,4% da produção nacional. O Centro-Oeste, segunda região de maior produção, representando 21,7% do total nacional, é a única região que deverá registrar crescimento em 2018, incremento de 2,3%, se comparado com a produção de 2017, conforme especificado na Tabela 3.

Sendo assim, referidas reduções afetam a produção nacional de açúcar, considerando que no acumulado de 2018, de janeiro até setembro, o País exportou 13,4 milhões de toneladas dessa commodity, implicando declínio de 23,4% em relação ao quantitativo exportado no mesmo período de 2017 (17,5 milhões de toneladas), de acordo com os dados da Tabela 4. Tais reduções da produção de açúcar, aliada aos preços internacionais pouco atrativos para as usinas, implicará a redução das exportações do produto na atual safra. Apesar dessa conjuntura, o Brasil continua sendo o maior exportador mundial de açúcar, seguido por Tailândia e Índia. Na safra anterior (2017), foram exportados 23,3 milhões de toneladas de açúcar, representando 70,1% do total mundial, que totalizou 33,2 milhões de toneladas.

No Nordeste, a terceira região do País com a maior produção de cana-de-açúcar, a estimativa para a safra de 2018 é de 45,7 milhões de toneladas, representando 6,8% da produção nacional. Espera-se redução de 3,7% na área plantada, passando para 868 mil hectares em 2018, ante 901,3 mil hectares na safra anterior. A estimativa é que o Nordeste colha, em média, 52.657 kg/hectares em 2018, em contraste com 53.660 kg/hectares em 2017.

Dentre os estados do Nordeste, a estimativa é de crescimento da safra em 2018 em cinco Unidades Federativas: Bahia (+44,8%), com o maior crescimento. Tem-se a seguir, com expressiva diferença, Paraíba (+5,2%), Rio Grande do Norte (+3,5%), Maranhão (+2,0%), Alagoas (+1,6%) e Piauí (+1,3%). Na mesma base de análise, três Estados deverão apresentar redução em suas colheitas: Pernambuco (-31,0%) com expressiva queda, vindo a seguir, Sergipe (-6,1%) e Ceará (-2,0%).

Em Alagoas, principal produtor de cana no Nordeste, cuja participação na produção da Região corresponde a 33,3%, a produção deverá alcançar 15,2 milhões de toneladas. Estima-se ampliação de 4,6% da área colhida, alcançando 295,2 mil hectares em 2018, ante 282,2 mil hectares em 2017. A produtividade média do Estado deverá ser 51.537 kg/hectares, 2,8% menor em comparação com a safra anterior. Vale ressaltar que a maior parte da produção será destinada para a fabricação de açúcar.

Em Pernambuco, segunda maior participação na Região (22,7%), a estimativa da produção é de 10,3 milhões de toneladas em 2018. Quanto à área colhida, estima-se redução de 26,6%, ou seja, 213.859 hectares. No parâmetro da produtividade o Estado, deverá ter rendimento de 48.596 kg/hectares.

A Paraíba, com 11,9% da produção do Nordeste na safra de 2018, deverá produzir 5,5 milhões de toneladas. A área colhida deverá crescer 1% em relação ao ano anterior, desse modo, a produtividade esperada é de 55.681 kg/hectares, 4,1% maior quando comparada com a produtividade anterior.

Quanto à Bahia, deverá obter o maior crescimento de produção na Região, com expectativa de colher 4,7 milhões de toneladas, representando 10,24% da produção do Nordeste. Os dados para os demais Estados do Nordeste estão especificados na Tabela 3.

Tabela 3 - Nordeste e Estados: Safra de cana-de-açúcar 2017 e 2018

Região/Estados	Produção (toneladas)			Área colhida(hectares)			Produtividade (Kg/ha)		
	Safra 2017	Safra 2018	Var.%	Safra 2017	Safra 2018	Var.%	Safra 2017	Safra 2018	Var.%
Sudeste	445.466.774	433.126.834	-2,8	5.742.520	5.698.696	-0,8	77.573	76.005	-2,0
Centro-Oeste	142.927.497	146.157.006	2,3	1.914.271	1.912.863	-0,1	74.664	76.407	2,3
Nordeste	48.367.207	45.705.729	-5,5	901.371	867.997	-3,7	53.660	52.657	-1,9
Alagoas	14.968.691	15.214.785	1,6	282.289	295.221	4,6	53.026	51.537	-2,8
Pernambuco	15.063.542	10.392.673	-31,0	291.237	213.859	-26,6	51.723	48.596	-6,0
Paraíba	5.197.152	5.466.737	5,2	97.167	98.179	1,0	53.487	55.681	4,1
Bahia	3.231.000	4.680.000	44,8	47.000	81.000	72,3	68.745	57.778	-16,0
Rio Grande do Norte	3.723.101	3.855.065	3,5	62.711	64.240	2,4	59.369	60.010	1,1
Maranhão	2.482.877	2.532.158	2,0	45.491	45.365	-0,3	54.580	55.817	2,3
Sergipe	2.182.324	2.048.765	-6,1	45.041	42.260	-6,2	48.452	48.480	0,1
Piauí	829.102	839.815	1,3	15.309	14.602	-4,6	54.158	57.514	6,2
Ceará	689.418	675.731	-2,0	15.126	13.271	-12,3	45.578	50.918	11,7
Sul	46.605.397	43.782.545	-6,1	669.753	647.000	-3,4	69.586	67.670	-2,8
Norte	4.443.058	4.085.379	-8,1	61.261	55.481	-9,4	72.527	73.636	1,5
Brasil	687.809.933	672.857.493	-2,2	9.289.176	9.182.037	-1,2	74.044	73.280	-1,0

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 4 - Exportação brasileira de açúcar de cana - Acumulado de jan-set

Produtos	Mês	2017	2017	2018	2018
		Valor(US\$)	Peso(Kg)	Valor(US\$)	Peso(Kg)
Exportação Nacional de açúcar de cana em bruto	jan	745.398.182	1.777.101.401	447.177.469	1.271.104.302
	fev	646.987.080	1.541.800.394	361.644.647	1.050.782.348
	mar	510.969.026	1.144.475.490	445.246.070	1.365.412.871
	abr	494.885.467	1.124.856.742	246.107.949	767.393.030
	mai	824.218.472	1.987.507.628	541.227.596	1.813.633.837
	jun	1.071.934.092	2.635.632.396	496.607.560	1.705.553.111
	jul	842.570.776	2.184.558.099	478.593.097	1.707.816.450
	ago	797.723.079	2.160.409.042	410.463.951	1.437.501.701
	set	1.056.099.420	2.947.262.770	615.307.346	2.288.633.136
Total	jan-set	6.990.785.594	17.503.603.962	4.042.375.685	13.407.830.786

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Agrostat.

3 Produção Industrial

A taxa de crescimento da produção industrial variou -1,8% em setembro, frente ao mês anterior, terceiro resultado negativo seguido, acumulando redução de 2,7%. Vale lembrar que estes declínios ocorrem após o avanço de 12,6% de junho que buscou compensar a queda de 10,9%, de maio, em decorrência da greve dos caminhoneiros. Ante setembro de 2017, a atividade industrial caiu 2,0% e, neste tipo de comparação, assinala o primeiro recuo, após três variações positivas consecutivas.

Ainda assim, o índice ficou positivo para o fechamento do terceiro trimestre do ano (+1,2%); para o acumulado de janeiro a setembro de 2018 (+1,9%), e para a taxa anualizada de setembro (+2,7%), mas perdendo ritmo se comparada aos 12 meses fechados em agosto (+3,1%). No atual patamar, a indústria se encontra 16,4% abaixo do nível recorde de maio de 2011. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal: Produção Física-Brasil (PIM-PF/BR), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A elevação de 1,9% no acumulado do ano de 2018, em relação a igual período de 2017, repercutiu taxas positivas nas quatro grandes categorias econômicas, em 16 dos 26 ramos, 43 dos 79 grupos e 51,8% dos 805 produtos pesquisados.

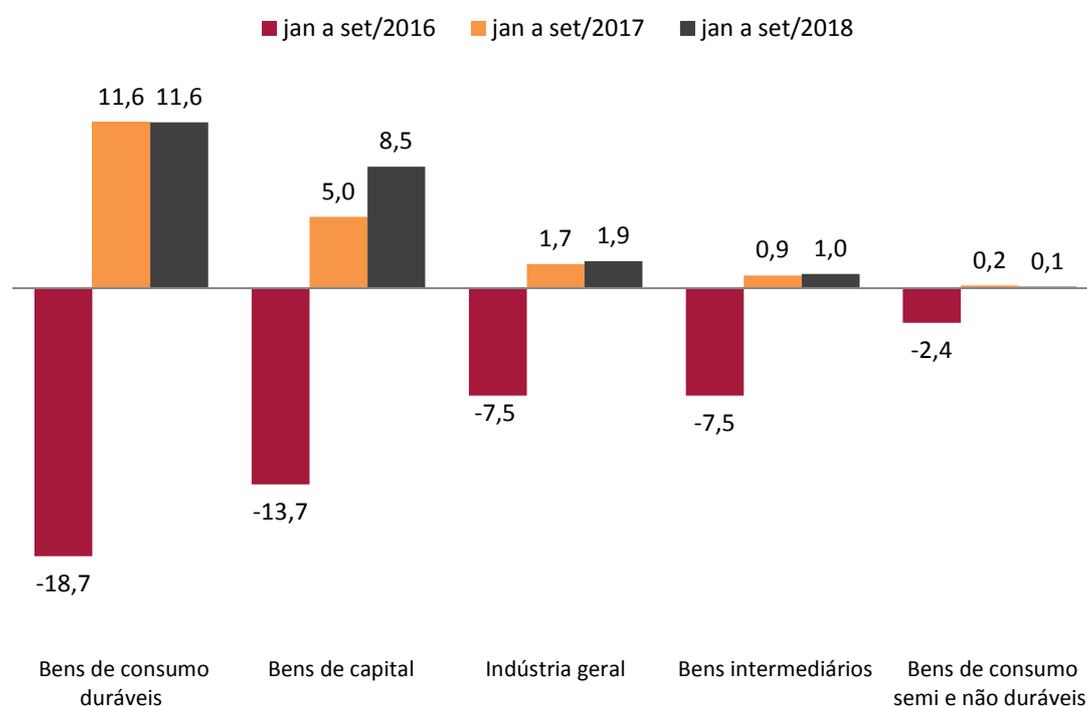
Para três das quatro grandes categorias econômicas (Gráfico 1), o índice acumulado dos oito primeiros meses de 2018 ficou praticamente estável, se comparado a igual período de 2017, após os resultados negativos de 2016. Os bens de consumo duráveis mantiveram o mesmo aumento de 11,6% apresentado em 2017, que sucedeu a queda de 18,7% do acumulado até setembro de 2016. O resultado de 2018 foi impulsionado pela fabricação de automóveis (+15,2%) e de eletrodomésticos da “linha marrom” (+11,1%). O setor de bens de capital foi o único que ganhou ritmo frente a 2017 (8,5%, em 2018; 5,0%, em 2017, e -13,7%, em 2016), puxado pelos bens de capital para equipamentos de transporte (+16,4%).

Os segmentos de bens intermediários (+1,0%) e de bens de consumo semi e não duráveis (+0,1%) mostraram estabilidade frente a 2017 (+0,9% e +0,2%, respectivamente), apresentando maior dificuldade de reversão das perdas de 2016 (Gráfico 1).

Em relação às seções industriais, a produção extrativa, manteve o ritmo acumulado dos oito primeiros meses do ano (0,3%), e avançou também 0,3% no índice de janeiro a setembro de 2018, ambos em relação a iguais períodos do ano anterior. Por seu turno, a indústria de transformação cresceu 2,2%, com 15 de suas 25 atividades registrando expansão. Destacaram-se positivamente (Gráfico 2): veículos automotores, reboques e carrocerias (+16,5%); equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (+8,0%); celulose, papel e produtos de papel (+5,8%); metalurgia (+5,5%); produtos de madeira (+4,5%); produtos farmoquímicos e farmacêuticos (+4,5%); máquinas e equipamentos (+4,5%); produtos de borracha e de material plástico (+2,4%); produtos de metal (+2,0%) e coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (+1,9%). Dentre as principais influências negativas, estão: couro, artigos para viagem e calçados (-4,3%); produtos do fumo (-3,9%); alimentos (-3,9%); confecção, vestuário e acessórios (-3,7%).

A pesquisa Indicadores Industriais, relativa à indústria de transformação, da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sinalizou queda na atividade industrial, em setembro. O recuo afetou tanto a produção quanto o mercado de trabalho. Na passagem de agosto para setembro, observou-se redução no faturamento empresarial (-1,1%); horas trabalhadas na produção (-0,9%); emprego (-0,1%), e UCI (Utilização da Capacidade Instalada), com 0,4 pontos percentuais a menos (77,8%), interrompendo uma sequência de três meses de alta. Massa salarial (+0,3%) e rendimento médio real (+0,1%) assinalaram aumentos leves, em especial se comparados às quedas registradas nos últimos meses. Alinhado a estes resultados, o Boletim Focus do Banco Central, reduziu a estimativa de crescimento da produção industrial, para 2018, de 2,71%, na última semana de outubro, para 2,22%, no primeiro relatório de novembro.

Gráfico 1 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) - Brasil - Variação percentual acumulada de jan a set dos anos 2016, 2017 e 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE

Gráfico 2 - Taxa de crescimento da produção industrial por seções e atividades (%) - Brasil - Acumulado jan-set/2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

O nível de atividade industrial, no Nordeste, apresentou taxa negativa em setembro de 2018 (-1,9%), frente ao mês imediatamente anterior, acompanhando o desempenho nacional (-1,8%). Na comparação com setembro de 2017, alcançou melhor desempenho do que a média brasileira: +1,4% (Nordeste) e -2,0% (Brasil), com o mesmo ocorrendo no que se refere ao terceiro trimestre do ano, +2,8% (Nordeste) e +1,2% (Brasil). Nas demais bases de comparação, a indústria regional assinalou resultados mais modestos do que a média do País. No acumulado de janeiro a setembro, Nordeste (+0,8%) e Brasil (+1,9%) avançaram, como também, na taxa anualizada, +0,7% e +2,7%, respectivamente. Os dados são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

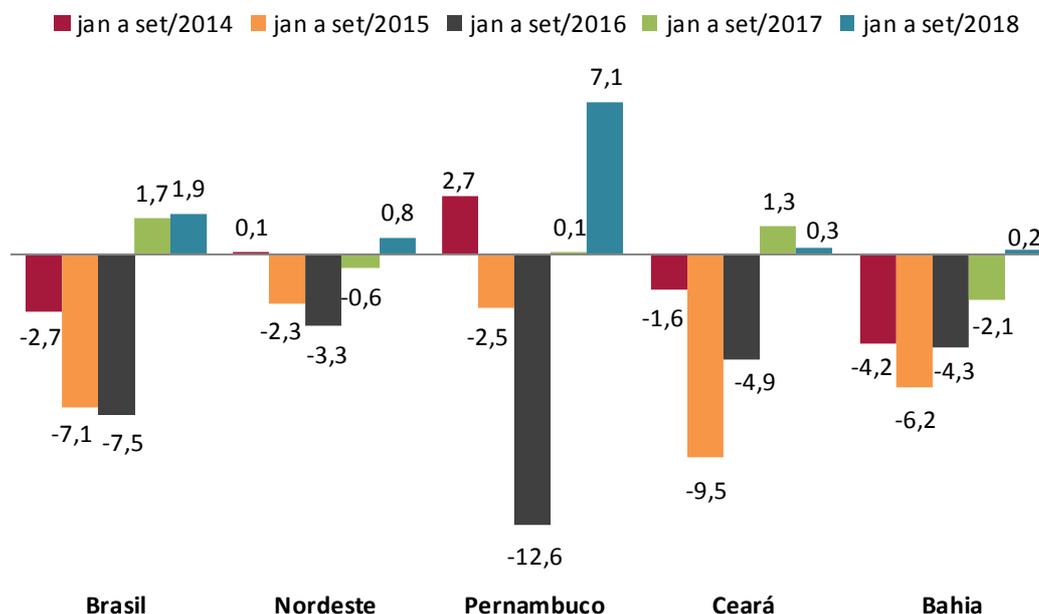
A evolução da indústria no acumulado do ano até setembro, entre os anos de 2014 e 2018, pode ser observada no Gráfico 3. Este mostra que, no Nordeste, a taxa de crescimento da produção regional saiu do piso de -3,3%, em 2016, para +0,8%, em 2018, enquanto, na média brasileira, foi de -7,5% para +1,9%, respectivamente. A taxa positiva de 2018 (+0,8%) foi a primeira da Região, nos últimos quatro anos, mas, no caso da média do País (+1,9%), foi a segunda consecutiva. O Gráfico 3 revela que, nos anos de maior crise, a queda na indústria brasileira foi maior do que a nordestina, mas, por outro lado, seu ritmo de recuperação também se mostra melhor do que o da Região, conforme se observa nas taxas dos últimos dois anos.

Dentre os Estados da Região divulgados pela pesquisa, Pernambuco se destacou pelas maiores taxas positivas, relativas ao mês de setembro. Em relação ao mês anterior, cresceu +1,7%. Em comparação com setembro de 2017, avançou +15,9%. Na taxa anualizada, ganhou dinamismo, passando de +4,1%, em agosto de 2018, para +5,8%, em setembro. No acumulado de janeiro a setembro de 2018, subiu +7,1%, após assinalar +0,1%, no mesmo período de 2017 e recuar -12,6%, em 2016 (Gráfico 3).

O Ceará registrou leve aumento (+0,3%) na taxa acumulada até setembro de 2018, perdendo ritmo após a elevação de +1,3%, em igual período de 2017, que buscava recuperar as perdas dos anos anteriores, Gráfico 3. Contudo, o Estado apresentou elevação em praticamente todas as bases de comparação referentes a setembro: em relação ao mês imediatamente anterior (+3,7%); frente a setembro de 2017 (+3,7%); no terceiro trimestre do ano (+1,0%) e no índice acumulado de 12 meses (+1,4%), mantendo o dinamismo (+1,3%, na taxa anualizada de agosto de 2018).

A indústria Baiana registrou o primeiro resultado positivo, para o acumulado de janeiro a setembro, dos últimos cinco anos (+0,2%). O Gráfico 3 aponta que a taxa saiu do piso de -6,2%, em 2015, amenizando o ritmo desde então. De qualquer modo, os índices baianos referentes a setembro foram os menores da Região: -3,3%, frente ao mês anterior; -2,6%, ante setembro de 2017; -0,2% para o terceiro trimestre do ano, e 0,0%, na taxa anualizada, neste caso, com perda de dinamismo (registrou +0,8%, em agosto de 2018).

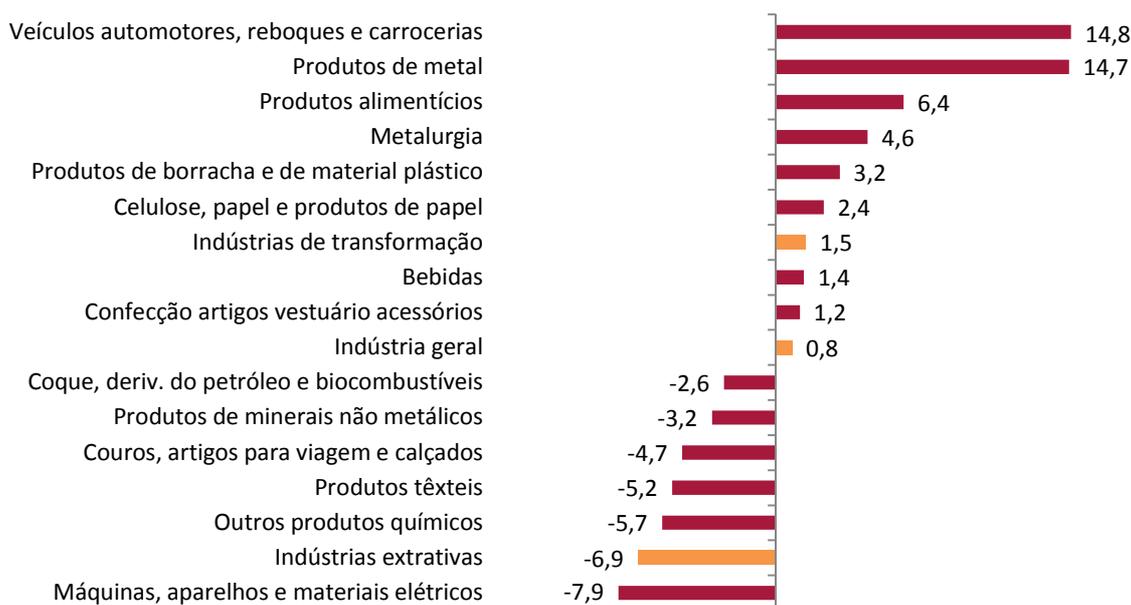
Gráfico 3 - Evolução da taxa de crescimento da produção industrial (%) – Brasil, Nordeste e Estados selecionados – Acumulado jan-set, de 2014 a 2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No Nordeste, a taxa acumulada no ano de 2018 (+0,8%) refletiu o recuo na indústria extrativa (-6,9%) e o crescimento na indústria de transformação (+1,5%). Dentre as 15 atividades pesquisadas, 8 registraram crescimento (Gráfico 4), em especial, veículos, reboques e carrocerias (14,8%); produtos de metal (14,7%); alimentos (6,4%), e metalurgia (4,6%). Negativamente, tiveram maior variação: máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-7,9%); indústria extrativa (-6,9%); outros produtos químicos (-5,7%); produtos têxteis (-5,2%), e couro, artigos de viagem e calçados (-4,7%).

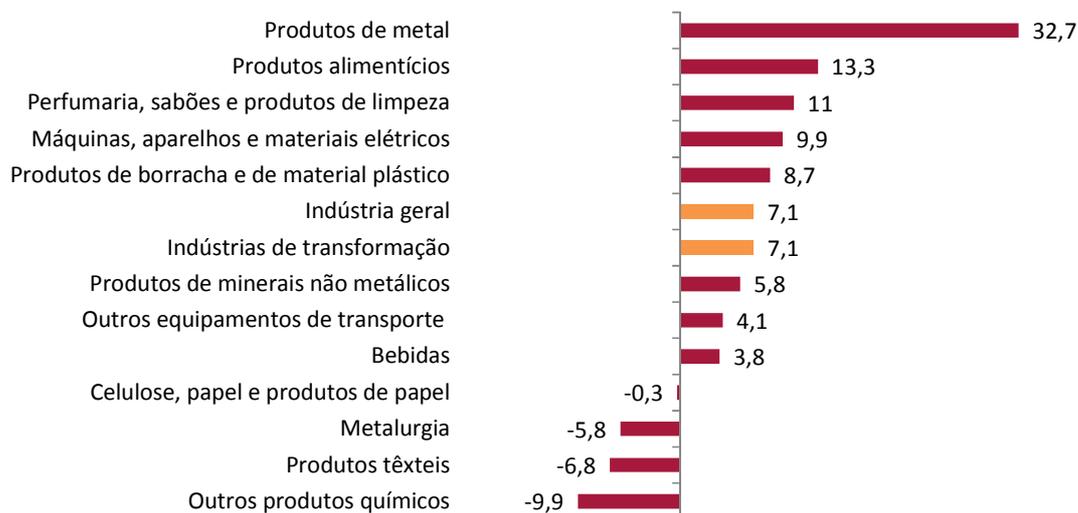
Gráfico 4 - Nordeste: Taxa de crescimento (%) da produção industrial por seções e atividades - Acumulado jan-set/2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Em Pernambuco (+7,1%), foram 8 das 12 atividades, em especial: produtos de metal (32,7%); alimentos (13,3%); perfumaria e produtos de limpeza (11,0%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (9,9%). Contudo, 4 atividades mostraram taxas negativas no acumulado de janeiro a setembro de 2018: outros produtos químicos (-9,9%); têxteis (-6,8%); metalurgia (-5,8%) e celulose e papel (-0,3%).

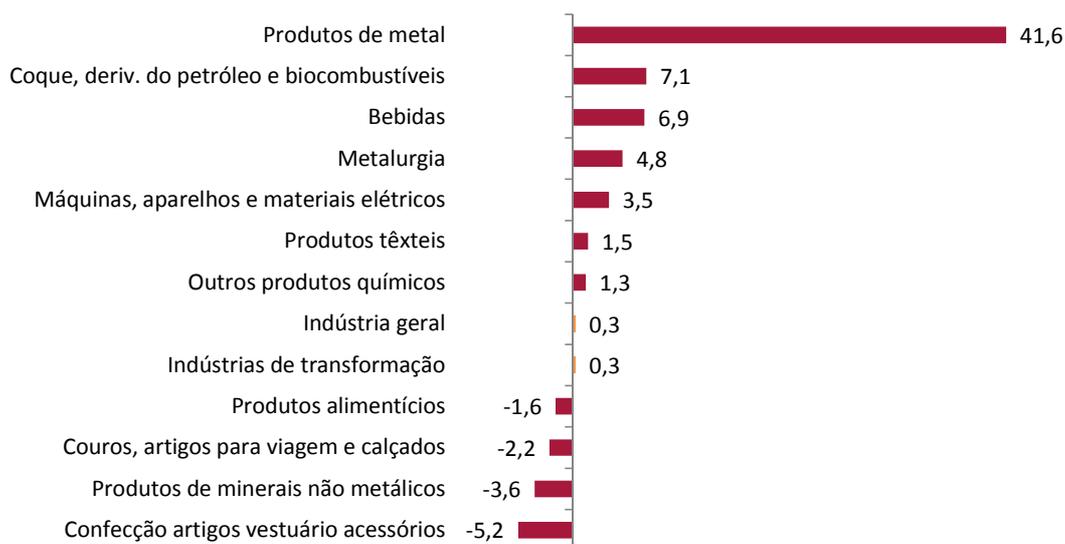
Gráfico 5 - Pernambuco: Taxa de crescimento (%) da produção industrial por seções e atividades - Acumulado jan-set/2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

No Ceará (+0,3%), 7 das 11 atividades pesquisadas cresceram (Gráfico 6), com destaque para: produtos de metal (41,6%); coque, derivados e biocombustíveis (7,1%); bebidas (6,9%), e metalurgia (4,8%). Enquanto, 4 atividades apontaram recuo: artigos do vestuário (-5,2%); minerais não metálicos (-3,6%); couros, artigos de viagem e calçados (-2,2%) e produtos alimentícios (-1,6%).

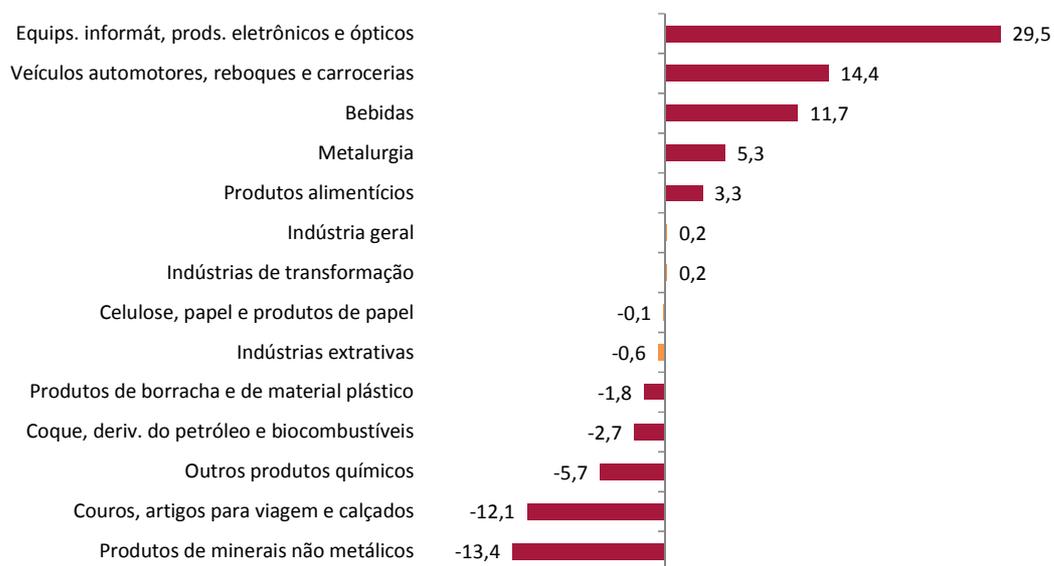
Gráfico 6 - Ceará: Taxa de crescimento (%) da produção industrial por seções e atividades - Acumulado jan-set/2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Na Bahia (0,2%), avançaram 5 das 12 atividades, foram elas: equipamentos de informática, eletrônicos e óticos (29,5%); veículos, reboques e carrocerias (14,4%); bebidas (11,7%); metalurgia (5,3%); alimentos (3,3%). Por outro lado, 7 atividades declinaram, com destaque para: minerais não metálicos (-13,4%); couros, artigos de viagem e calçados (-12,1%); outros produtos químicos (-5,7%) e coque, derivados e biocombustíveis (-2,7%).

Gráfico 7 - Bahia: Taxa de crescimento (%) da produção industrial por seções e atividades – Acumulado jan-set/2018 (Base: igual período do ano anterior)



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

4 Serviços

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, o volume de serviços declinou 0,4% no País nos nove primeiros meses de 2018, conforme especificado no Gráfico 1. Entre os cinco grupos pesquisados, os únicos a registrarem acréscimo foram: outros serviços (+1,6%), que inclui as atividades imobiliárias; e transporte (+1,3%), fortemente encadeado com a distribuição de atividades produtivas. Em contraposição, serviços profissionais (-1,9%); serviços de informação (-1,2%); e serviços prestados às famílias (-0,8%), este último associado ao consumo familiar, apresentaram redução (Tabela 1).

Quanto às subatividades, destacaram-se positivamente: transporte aéreo (+3,1%) e transporte terrestre (+2,4%). Em contraste, outros serviços prestados às famílias (-4,8%), serviços audiovisuais (-2,8%) e serviços administrativos (-2,6%) declinaram de forma expressiva no acumulado de 2018, como mostra a Tabela 1.

Nessa base de comparação, o volume de serviços caiu em todos os estados da área de atuação do Banco do Nordeste: Ceará (-8,3%), Rio Grande do Norte (-7,7%), Sergipe (-4,2%), Paraíba (-3,8%), Bahia (-3,1%), Piauí (-3,1%), Alagoas (-3,0%), Pernambuco (-2,0%), Maranhão (-1,7%), Minas Gerais (-0,6%) e Espírito Santo (-0,4%), sendo este último o único com desempenho semelhante ao registrado no País (-0,4%), como demonstra o Gráfico 1.

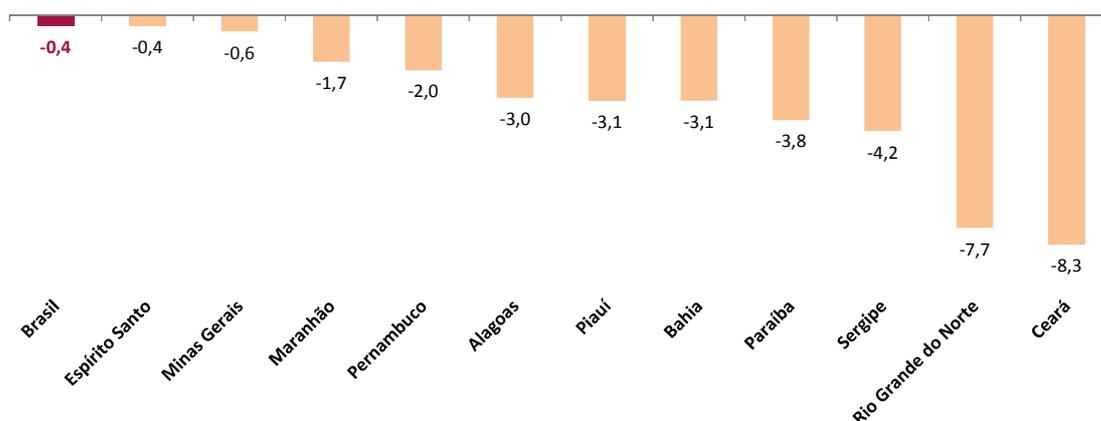
O IBGE detalha o setor de serviços para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No caso do Ceará, apenas a atividade de serviços prestados às famílias (+10,0%) obteve crescimento de janeiro a setembro de 2018. Os declínios mais expressivos ficaram por conta de outros serviços (-32,9%), serviços profissionais (-13,3%) e transporte (-6,6%).

Em Pernambuco, apenas transporte (+4,3%) e serviços prestados às famílias (+1,9%) cresceram, enquanto que serviços profissionais (-8,0%), serviços de informação (-6,2%) e outros serviços (-4,0%) registraram quedas. Na Bahia, transporte (+1,9%) e serviços profissionais (+0,8%) expandiram, ao passo que as outras atividades retraíram, de tal forma que serviços de informação (-12,8%), outros serviços (-5,9%) e serviços prestados às famílias (-3,7%) registram os maiores recuos.

Em Minas Gerais, transporte (+5,1%) e outros (+2,7%) foram as únicas categorias que apresentaram crescimento de janeiro a setembro de 2018. Em contraste, serviços de informação e comunicação (-4,9%) e serviços profissionais (-3,6%) caíram de forma acentuada. No Espírito Santo, transporte (+5,5%) e serviços prestados às famílias (+0,8%) obtiveram desempenho favorável, enquanto serviços profissionais (-7,6%) finalizaram o período em queda (Tabela 1).

De acordo com a Confederação Nacional de Bens, Serviços e Turismo (CNC), o setor de serviços não obterá resultado positivo em 2018 e fechará o quarto ano consecutivo em queda. Diante da atual conjuntura, mesmo considerando a sazonalidade positiva do último trimestre do ano, a expectativa é de retração de 0,2% no volume de serviços ao final de 2018, totalizando recuo acumulado de 11,7% nos últimos três anos. Ainda segundo a CNC, deverá ocorrer aumento de 2,1% no volume de serviços em 2019, o que não acontece desde 2014, quando a expansão registrada foi de 2,5%.

Gráfico 1 - Variação do volume de serviços no Brasil e estados selecionados - % acumulado jan/set 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação do volume de serviços, atividades e subatividades no Brasil e estados selecionados % acumulado jan/set 2018

Atividades e subatividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Serviços prestados às famílias	-0,8	10,0	1,9	-3,7	-2,0	0,8
Serviços de alojamento e alimentação	0,0	-	-	-	-	-
Outros serviços prestados às famílias	-4,8	-	-	-	-	-
Serviços de informação e comunicação	-1,2	-5,1	-6,2	-12,8	-4,9	-6,6
Serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC)	-1,0	-	-	-	-	-
Serviços audiovisuais, de edição e agências de notícias	-2,8	-	-	-	-	-
Serviços profissionais, administrativos e complementares	-1,9	-13,3	-8,0	0,8	-3,6	-7,6
Serviços técnico-profissionais	0,2	-	-	-	-	-
Serviços administrativos e complementares	-2,6	-	-	-	-	-
Transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio	1,3	-6,6	4,3	1,9	5,1	5,5
Transporte terrestre	2,4	-	-	-	-	-
Transporte aquaviário	-1,2	-	-	-	-	-
Transporte aéreo	3,1	-	-	-	-	-
Armazenagem, serviços auxiliares aos transportes e correio	-0,4	-	-	-	-	-
Outros serviços	1,6	-32,9	-4,0	-5,9	2,7	-0,1
Total	-0,4	-8,3	-2,0	-3,1	-0,6	-0,4

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Nota (1): O IBGE não divulga as variações do volume de serviços para as subatividades estaduais.

5 Comércio Varejista

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o comércio varejista nacional diminuiu 1,3% em setembro. Com isso, a evolução do índice de média móvel trimestral para o varejo mostrou redução de ritmo ao sair de +0,5% no trimestre encerrado em agosto para +0,1% no trimestre encerrado em setembro.

No comércio varejista ampliado, que inclui as atividades de veículos, motos, partes e peças e de material de construção, o volume de vendas recuou 1,5% em setembro, contribuindo para que a média móvel do trimestre encerrado em setembro (+0,8%) apresentasse redução no ritmo das vendas, em relação à média móvel no trimestre encerrado em agosto (+2,2%).

Por sua vez, no acumulado dos nove primeiros meses de 2018, o varejo restrito nacional registrou crescimento de +2,3%, enquanto que o comércio ampliado expandiu +5,2% nessa mesma base de comparação (Gráfico 1).

Dentre os dez grupos de atividades pesquisadas, cinco registraram crescimento de janeiro a setembro de 2018, com destaque para: veículos, motocicletas, partes e peças (+15,7%); outros artigos de uso pessoal (+7,3%); e artigos farmacêuticos (+5,4%). Em contraposição, livros, jornais e revistas (-10,1%); combustíveis e lubrificantes (-5,8%); e tecidos, vestuários e calçados (-3,0%) declinaram no período estudado, conforme os dados especificados na Tabela 1.

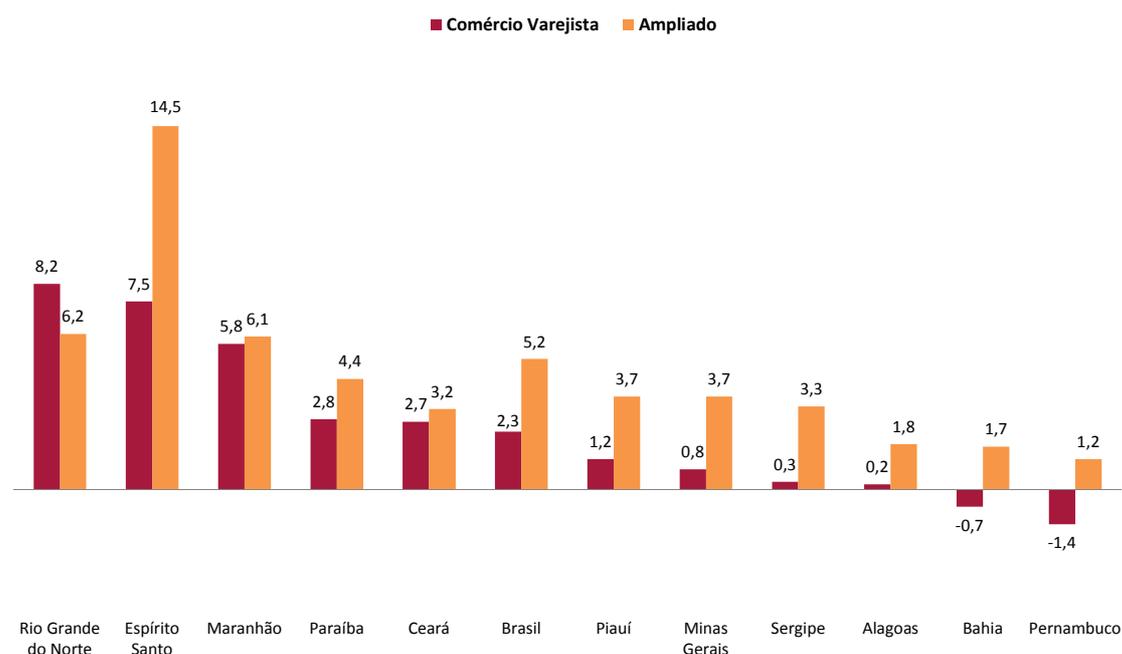
Quanto aos estados, o varejo restrito seguiu trajetória ascendente no acumulado de 2018 no Rio Grande do Norte (+8,2%), Espírito Santo (+7,5%), Maranhão (+5,8%), Paraíba (+2,8%) e Ceará (+2,7%), todos acima da média nacional (+2,3%). Piauí (+1,2%), Minas Gerais (+0,8%), Sergipe (+0,3%) e Alagoas (+0,2%) também expandiram as vendas, ao passo que Pernambuco (-1,4%) e Bahia (-0,7%) registraram queda, como demonstra o Gráfico 1.

Em relação ao varejo ampliado, Espírito Santo (+14,5%), Rio Grande do Norte (+6,2%) e Maranhão (+6,1%) apresentaram crescimento acima da média nacional (+5,2%) nos primeiros nove meses do ano corrente. Em consonância, Paraíba (+4,4%), Piauí (+3,7%), Minas Gerais (+3,7%), Sergipe (+3,3%), Ceará (+3,2%), Alagoas (+1,8%), Bahia (+1,7%) e Pernambuco (+1,2%) expandiram as vendas no período estudado, como mostra o Gráfico 1.

O IBGE detalha o setor comercial para cinco estados da área de atuação do Banco do Nordeste. No Ceará, a venda de artigos de uso pessoal (+10,1%); materiais para escritório (+7,5%); e veículos, motocicletas, partes e peças (+7,0%) apresentaram destacada expansão. Em Pernambuco, cabe mencionar: veículos, motocicletas e partes (+10,6%); hiper e supermercados (+3,0%); e artigos farmacêuticos (+0,9%). Na Bahia, a maior alta verificou-se em artigos farmacêuticos (+12,2%), seguindo-se artigos de uso pessoal (+11,0%) e veículos, motocicletas e partes (+8,4%). Em Minas Gerais, cabe mencionar veículos, motocicletas e partes (+20,0%), vindo a seguir, materiais para escritório (+13,5%) e hiper e supermercados (+11,0%). No Espírito Santo, as vendas de móveis e eletrodomésticos (+27,7%) e veículos, motocicletas e partes (+27,0%) sobressaíram-se. Os dados para os cinco estados mencionados estão especificados na Tabela 1.

Apesar da desaceleração no ritmo das vendas, o varejo caminha para o segundo ano de expansão no seu faturamento real, aponta a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). A entidade considera que o ritmo de crescimento até o fim do ano certamente será menor do que o da primeira metade de 2018, quando foi registrada alta de +5,4%. Ainda assim, projeta que as vendas vão crescer a um ritmo de 2,4% em relação à segunda metade de 2017. E, para o ano de 2018, mantém a expectativa de variação do volume de vendas para o varejo ampliado em +4,5%. Para 2019, a projeção é de aumento de 5,2%. No ano passado, as vendas avançaram +4,0% em relação a 2018.

Gráfico 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio no Brasil e estados selecionados - Acumulado: jan/set 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 1 - Variação (%) do volume de vendas do comércio no Brasil e estados selecionados – Acumulado: jan/set 2018

Comércio e Atividades	Brasil	Ceará	Pernambuco	Bahia	Minas Gerais	Espírito Santo
Varejo Restrito	2,3	2,7	-1,4	-0,7	0,8	7,5
Combustíveis e lubrificantes	-5,8	-2,6	-4,4	-14,3	-16,1	0,1
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	4,4	3,4	1,9	-0,5	10,0	4,9
Hipermercados e supermercados	4,6	2,9	3,0	1,7	11,0	5,2
Tecidos, vestuários e calçados	-3,0	-0,2	-10,5	-7,1	3,0	1,7
Móveis e eletrodomésticos	-1,0	1,6	-0,8	1,3	-18,1	27,7
Móveis	-3,5	1,5	9,0	-2,3	-16,5	14,5
Eletrodomésticos	0,9	3,2	-3,7	3,8	-18,7	36,2
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	5,4	0,7	0,9	12,2	5,1	12,8
Livros, jornais, revistas e papelaria	-10,1	-9,6	-20,2	-1,2	-3,8	-7,0
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-0,2	7,5	-0,8	7,2	13,5	21,0
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	7,3	10,1	-0,1	11,0	-8,4	0,1
Varejo Ampliado	5,2	3,2	1,2	1,7	3,7	14,5
Veículos, motocicletas, partes e peças	15,7	7,0	10,6	8,4	20,0	27,0
Material de construção	3,9	-3,4	-1,2	2,2	4,2	5,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

6 Mercado de Trabalho

Segundo dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, o Nordeste gerou 94.572 postos de emprego com carteira assinada nos nove primeiros meses de 2018. O resultado deriva dos 1.613.339 admitidos e dos 1.518.767 demitidos, configurando crescimento de 1,53% em relação ao estoque de dezembro de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses, houve acréscimo de 1,65%, expansão no nível de emprego de 102.084 postos de trabalho.

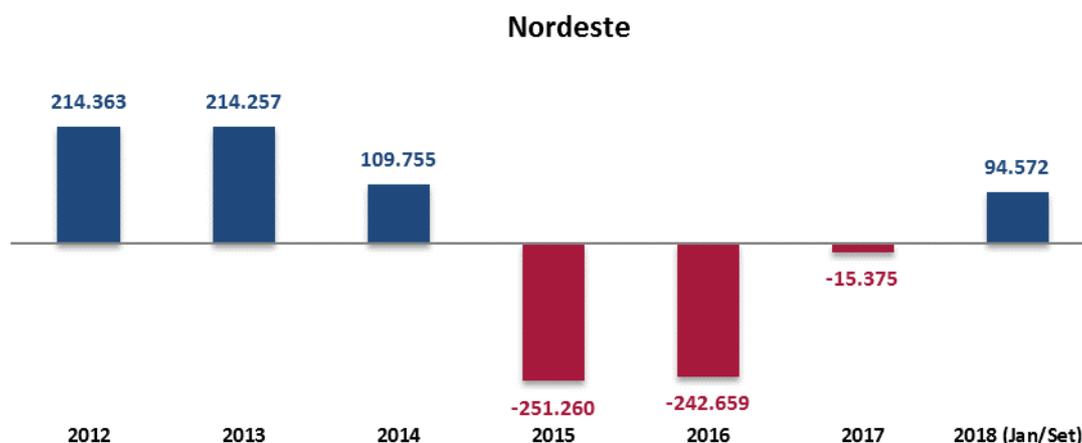
No entanto, o crescimento no acumulado de janeiro a setembro de 2018 não foi suficiente para recuperar os saldos negativos computados nos anos de 2015, 2016 e 2017. Como pode ser observado no Gráfico 1, é possível identificar a queda gradual do saldo de emprego para os três anos anteriores: eliminação de 251.260 postos de trabalho em 2015, seguido pela redução de 242.659 vagas em 2016 e de 15.375 postos em 2017. É importante frisar que, somando esses três últimos anos, o Nordeste perdeu 509.294 empregos com carteira assinada.

Os dados revelam que, no acumulado de janeiro a setembro de 2018, sete dos oito setores da atividade econômica divulgados, houve expansão no nível de emprego na Região. Nesse período, os Serviços geraram maior número de vagas, com a criação de 63.688 postos, seguidos pela Agropecuária (+20.518 postos), Construção Civil (+7.601 postos), Indústria de Transformação (+4.682 postos), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+3.112 postos), Administração Pública (+2.189 postos) e Extrativa Mineral (+1.100 postos).

Entretanto, no acumulado de janeiro a setembro de 2018, o Comércio reduziu o nível de emprego formal na Região. O saldo negativo do setor de Comércio (-8.318) foi em decorrência do baixo desempenho do Comércio Varejista (-10.628). Por outro lado, o Comércio Atacadista (+2.310) registrou saldo positivo para o mesmo período em análise, conforme demonstrado na Tabela 1.

Já os Serviços destacaram-se na geração de empregos celetistas na Região nos nove primeiros meses de 2018, apresentando 651.406 admissões e 587.718 desligamentos, configurando saldo positivo de 63.688 postos de trabalho (Tabela 1). Verificou-se, ainda, expansão em todas as seis subatividades, resultado encabeçado pelo Ensino, que gerou 17.088 postos na Região, com destaque para formação de 5.932 postos na Bahia; 2.812 no Ceará; 2.440 em Pernambuco, 1.199 na Paraíba e 1.197 em Sergipe. Ainda em relação às subatividades de Serviços, têm-se os dados a seguir especificados: Serviços médicos, odontológicos e veterinários, com saldo positivo de 16.293 postos no conjunto dos nove estados, sendo 5.015 postos na Bahia, 3.196 no Ceará, 2.873 em Pernambuco e 1.485 no Maranhão; Comércio e administração de imóveis, valores mobiliários e serviços técnicos, que contribuiu para gerar 15.351 vagas no Nordeste, destacam-se as formações de 4.525 postos no Ceará, 4.379 vagas na Bahia e 2.817 no Maranhão; além de Alojamento, alimentação, reparação e manutenção, que gerou 12.715 postos no Nordeste, com ênfase na criação de 3.288 oportunidades em Pernambuco, 3.239 na Bahia, 3.092 no Maranhão e 2.738 no Ceará.

Gráfico 1 - Nordeste: Evolução do saldo de empregos formais - 2012 a 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Tabela 1 - Nordeste: Movimentação dos admitidos e desligados, por atividade econômica

Setor/Atividade	Jan - Set/2018			Últimos 12 Meses (Out/17 a Set/18)		
	Admitidos	Desligados	Saldos	Admitidos	Desligados	Saldos
Extrativa Mineral	5.222	4.122	1.100	6.395	5.558	837
Indústria de Transformação	242.254	237.572	4.682	321.418	306.452	14.966
Calçados	22.110	17.340	4.770	27.244	24.084	3.160
Química de produtos farmacêuticos, veterinários, perfumaria	24.039	21.813	2.226	30.514	30.682	-168
Metalúrgica	14.876	13.935	941	19.073	18.042	1.031
Têxtil do vestuário e artefatos de tecidos	29.632	29.004	628	37.219	38.802	-1.583
Produtos minerais não metálicos	16.325	15.919	406	21.005	21.243	-238
Mecânica	8.291	8.068	223	10.740	10.440	300
Material elétrico e de comunicações	4.284	4.062	222	5.335	5.211	124
Material de transporte	5.053	4.834	219	7.203	6.405	798
Papel, papelão, editorial e gráfica	6.748	6.640	108	8.891	8.628	263
Borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	5.956	5.976	-20	7.642	8.160	-518
Madeira e do mobiliário	6.890	7.219	-329	9.080	9.239	-159
Produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	98.050	102.762	-4.712	137.472	125.516	11.956
S. I. U. P. (1)	14.307	11.195	3.112	17.527	14.064	3.463
Construção Civil	192.016	184.415	7.601	246.946	252.995	-6.049
Comércio	372.256	380.574	-8.318	510.357	496.114	14.243
Comércio atacadista	62.259	59.949	2.310	80.911	77.707	3.204
Comércio varejista	309.997	320.625	-10.628	429.446	418.407	11.039
Serviços	651.406	587.718	63.688	836.884	774.966	61.918
Ensino	65.152	48.064	17.088	74.451	66.425	8.026
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	68.983	52.690	16.293	87.884	67.729	20.155
Com. e administração de imóveis, valores mobiliários	236.562	221.211	15.351	304.939	289.638	15.301
Serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção	222.169	209.454	12.715	291.093	277.684	13.409
Transportes e comunicações	53.633	51.864	1.769	71.844	67.533	4.311
Instituições de crédito, seguros e capitalização	4.907	4.435	472	6.673	5.957	716
Administração Pública	6.248	4.059	2.189	7.600	7.098	502
Agropecuária	129.630	109.112	20.518	164.306	152.102	12.204
Nordeste	1.613.339	1.518.767	94.572	2.111.433	2.009.349	102.084

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

Nota: (1) S.I.U.P. corresponde aos Serviços Industriais de Utilidade Pública.

Das nove Unidades Federativas do Nordeste, sete registraram saldo positivo na movimentação dos trabalhadores com carteira assinada, proporcionando, em conjunto, 98.504 novos postos de trabalho nos primeiros nove meses de 2018. No mesmo período, a Região ampliou o nível de emprego, com geração de 94.572 vagas. Os dados são do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados - CAGED, compilados do Ministério do Trabalho.

Bahia (+36.974), Ceará (+21.918), Pernambuco (+14.560), Maranhão (+11.251), Piauí (+5.285), Paraíba (+4.989) e Rio Grande do Norte (+3.482) finalizaram os nove primeiros meses de 2018 com saldo positivo. Contudo, no mesmo período, Alagoas (-3.738) e Sergipe (-149) reduziram o nível de emprego celetista, Tabela 2.

No acumulado até setembro de 2018, a Bahia (+28.896) foi o Estado que mais formou postos de trabalho na Região, consolidando-se, assim, como o sétimo maior gerador de empregos no País. As atividades econômicas responsáveis pelo desempenho do mercado de trabalho formal nesse Estado foram: Serviços (+19.089, com ênfase no Ensino, com formação de 5.932 postos); Agropecuária (+7.922); Indústria de Transformação (+4.882); Construção Civil (+4.016); Administração Pública (+1.913); Serviços Industriais de Utilidade Pública (+1.322) e Extrativa Mineral (+876). Nesse período, Comércio foi a única atividade que perdeu vagas, redução de 3.046 empregos.

Ceará gerou 21.918 novas vagas entre janeiro e setembro de 2018, incremento no estoque de trabalho de 2,23% em relação a dezembro de 2017. O resultado foi em decorrência, principalmente, do aumento no nível de empregos dos seguintes setores: Serviços (+13.586); Indústria de Transformação (+5.400, sendo 4.088 postos da Indústria de calçados); Construção Civil (+3.658); Agropecuária (+1.088); Administração Pública (+388) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+372). Embora com saldo positivo no Estado, apenas Comércio (-2.743) reduziu o estoque de postos de emprego no período em análise.

Pernambuco ampliou o nível de emprego em 14.560 postos de trabalho celetistas nos primeiros nove meses de 2018. O saldo positivo foi decorrente, sobretudo, da atuação de Serviços (+8.328) e da Agropecuária (+6.618).

As atividades de Indústria de Transformação (+785), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+36) e Extrativa Mineral (+23) também apresentaram saldo positivo no acumulado de 2018. No entanto, Comércio (-1.116), Construção Civil (-78) e Administração Pública (-36), por sua vez, apresentaram redução de vagas.

Maranhão registrou saldo positivo de 11.251 postos de emprego, de janeiro a setembro de 2018. O resultado foi influenciado, sobretudo, pela expansão de postos do setor de Serviços (+9.029). Os segmentos da Agropecuária (+1.855), Indústria de Transformação (+1.501), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+408), Comércio (+321) e Extrativa Mineral (+16) também se firmaram com saldo positivo. Todavia, no mesmo período, Construção Civil (-1.809) e Administração Pública (-70) reduziram o nível de emprego.

Piauí ampliou seu quadro de emprego em 5.285 postos, de janeiro a setembro de 2018. Os setores de Indústria de Transformação (+2.189), Serviços (+1.613), Agropecuária (+1.390), Serviços Industriais de Utilidade Pública (+625), Extrativa Mineral (+94), Administração Pública (+10) e Comércio (+2) aumentaram o nível de emprego. Por outro lado, Construção Civil (-638) registrou perda de empregos celetistas no mesmo período. Paraíba (+1.601) aumentou o número de postos de trabalho entre janeiro e setembro de 2018.

O desempenho foi motivado pelos setores: Serviços (+4.135); Agropecuária (+902); Comércio (+602); Administração Pública (+22) e Extrativa Mineral (+21). No entanto, as seguintes atividades perderam contratações de empregos com carteira assinada: Indústria de Transformação (-342), Comércio (-237) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (-114). Rio Grande do Norte registrou acréscimo no nível de emprego em 3.482 postos, de janeiro a setembro de 2018.

Os setores que puxaram o saldo positivo foram: Serviços (+2.915) e Agropecuária (+1.141). Em consonância, Construção Civil (+721), Administração Pública (+93), Extrativa Mineral (+82) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+58) contribuíram para a expansão do mercado de trabalho no estado. Por outro lado, Comércio (-1.267) e Indústria de Transformação (-261), as demissões superaram as admissões no acumulado de 2018.

Sergipe registrou queda no nível do estoque de emprego celetista em 149 postos, nos primeiros nove meses de 2018. Os setores de Comércio (-1.159), Indústria de Transformação (-957), Agropecuária (-474), Extrativa Mineral (-199) e Administração Pública (-128) contribuíram para a baixa dos números no Estado. Ainda assim, Serviços (+1.526), Construção Civil (+955) e Serviços Industriais de Utilidade Pública (+287) ampliaram seus estoques de empregos formais.

Alagoas, por sua vez, o saldo de movimentação dos admitidos e desligados foi negativo em 3.738 postos. Dentre as oito atividades, Indústria de Transformação (-8.515) contribuiu predominantemente para a perda de postos de trabalho no Estado. Embora com saldo negativo no Estado, no período estudado, Serviços (+3.467) e Construção Civil (+1.013) obtiveram crescimento expressivo.

Tabela 2 - Movimentação de admitidos e desligados no Brasil, Nordeste e Estados - Janeiro a Setembro de 2018 e acumulado nos últimos 12 meses

Estado/Região	Jan - Set/2018				Últimos Doze Meses (Out/17 a Set/18)			
	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)	Admitidos	Desligados	SalDOS	Var. (%)
Bahia	458.234	421.260	36.974	2,23	589.812	564.866	24.946	1,50
Ceará	297.954	276.036	21.918	1,94	386.293	363.908	22.385	1,99
Pernambuco	306.451	291.891	14.560	1,18	404.242	388.281	15.961	1,29
Maranhão	116.872	105.621	11.251	2,47	152.981	142.444	10.537	2,31
Piauí	70.211	64.926	5.285	1,85	92.922	88.748	4.174	1,45
Paraíba	98.771	93.782	4.989	1,26	125.625	120.624	5.001	1,26
Rio Grande do Norte	109.661	106.179	3.482	0,82	141.247	139.974	1.273	0,30
Sergipe	65.293	65.442	-149	-0,05	89.123	84.712	4.411	1,58
Alagoas	89.892	93.630	-3.738	-1,07	129.188	115.792	13.396	4,03
Nordeste	1.613.339	1.518.767	94.572	1,52	2.111.433	2.009.349	102.084	1,65

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do CAGED.

7 Comércio Exterior

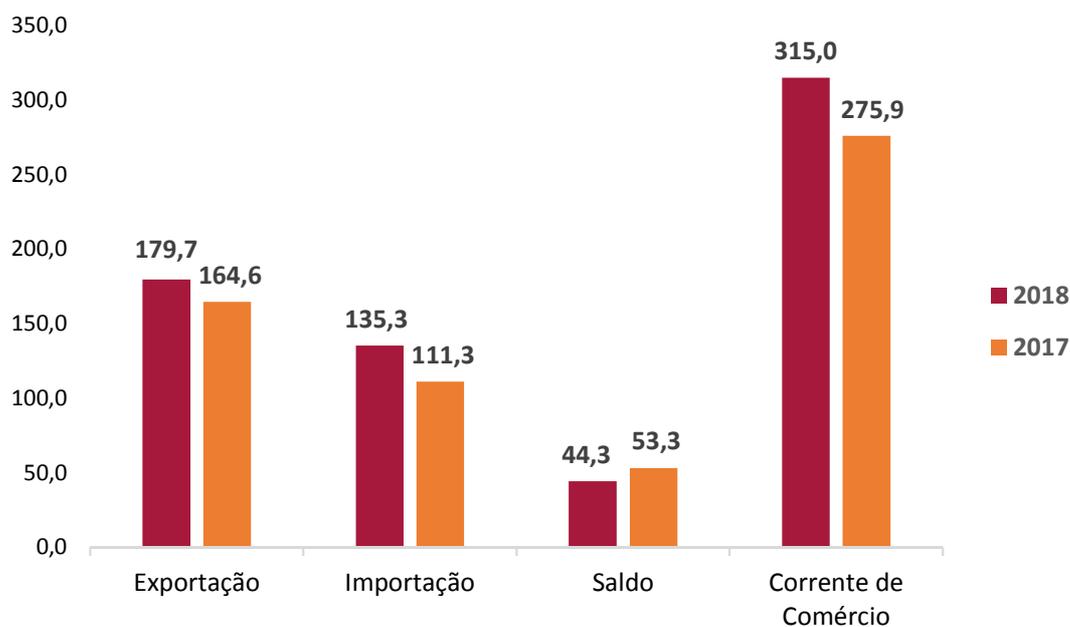
A balança comercial brasileira atingiu superávit de US\$ 44.314,2 milhões, de janeiro a setembro de 2018, saldo 19,9% menor do que o registrado no mesmo período de 2017 (US\$ 53.258,2 milhões), segundo dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), vide Gráfico 1.

No acumulado dos nove primeiros meses de 2018, as exportações totalizaram US\$ 179.659,4 milhões, incremento de 9,2% frente a janeiro-setembro de 2017. Nesse período comparativo, as importações registraram uma taxa de crescimento maior, 21,6%, somando US\$ 135.345,2 milhões.

A tendência é que as importações continuem crescendo mais que as exportações, encerrando o ano com saldo menor, porém, positivo.

A Corrente de Comércio do Brasil, indicador expresso pela soma dos valores exportados e importados pelo País, alcançou US\$ 315.004,7 milhões, até setembro de 2018 ante US\$ 275.919,5 milhões, no acumulado no mesmo período de 2017, incremento de 13,6%, nesse intervalo.

Gráfico 1 - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - Jan a set - US\$ Bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

A análise por fator agregado (Tabela 1) mostra que, no acumulado de 2018, as vendas dos produtos básicos representaram metade da pauta exportadora, seguida dos manufaturados (35,2%) e semimanufaturados (12,5). Comparativamente a igual período de 2017, os embarques de produtos básicos e manufaturados cresceram 15,7% e 6,8%, respectivamente, enquanto os de produtos semimanufaturados decresceram 3,7%.

No grupo dos básicos, as exportações de soja e de resíduos da extração de óleo de soja no período em foco. Outro importante produto do grupo, óleos brutos ensejaram receita de US\$ 32.748,0 milhões, ou seja, 18,2% do total da pauta brasileira, registrando crescimento de 19,6% e 31,8%, respectivamente, no de petróleo, com 9,9% das vendas totais, registrou US\$ 17.860,0 milhões de comercialização externa, aumento de 25,9%, no intervalo janeiro a setembro de 2018 comparativamente a igual período de 2017.

No grupo dos semimanufaturados, a ligeira queda registrada foi influenciada pela redução da quantidade embarcada de açúcar de cana (-23,4%), gerando queda nas vendas de 42,2%, relativamente a janeiro-setembro de 2017.

No grupo dos manufaturados, os maiores incrementos foram nas vendas externas de plataformas de perfuração (+353,0%), partes de motores e turbinas para aviação (+95,6%) e óleos combustíveis (+70,2%). Vale registrar a queda nas vendas do principal produto do grupo: automóveis de passageiros (-13,8%), devido à crise econômica enfrentada pela Argentina, principal destino das exportações de veículos.

Os três principais países de destino das vendas externas brasileiras foram responsáveis por quase 45% do total exportado: China (26,3% - soja; óleos brutos de petróleo; minérios de ferro), Estados Unidos (11,4% - óleos brutos de petróleo; produtos semimanufaturados de ferro ou aços; aviões), Argentina (6,8% - automóveis de passageiros; veículos de carga; partes e peças para veículos automóveis e tratores).

Tabela 1 - Brasil - Exportação por fator agregado - Jan-set/2018/2017 - US\$ milhões FOB

Fator agregado	Jan - set/2018		Jan - set/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	90.616,9	50,4	78.320,0	47,6	15,7
Industrializados	85.707,3	47,7	82.530,8	50,1	3,8
Semimanufaturados	22.463,1	12,5	23.331,8	14,2	-3,7
Manufaturados	63.244,2	35,2	59.199,0	36,0	6,8
Operações especiais	3.335,3	1,9	3.738,0	2,3	-10,8
Total	179.659,4	100,0	164.588,9	100,0	9,2

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

Nota: (1) As operações especiais incluem exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras e exposições, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

A desagregação das importações brasileiras por categoria de uso (Tabela 2) revela crescimento em todos os segmentos. As compras de Bens Intermediários (58,2% do total) aumentaram 12,3%, no período em análise. Nessa categoria, foram importados, principalmente, insumos industriais elaborados (35,4%) e peças e acessórios para bens de capital (11,4%), com incremento nas compras de 14,5% e 11,2%, respectivamente.

Já as aquisições de Bens de Capital aumentaram 83,0%, no período de janeiro a setembro de 2018, em relação ao mesmo período do ano passado. Esse aumento foi devido, em grande parte, à nacionalização de plataformas de petróleo (anteriormente exportadas) por empresas do setor, após mudanças nas regras tributárias do Repetro (regime fiscal aduaneiro ligado ao setor de petróleo e gás). Vale registrar, portanto, que as exportações e importações de plataformas de petróleo, neste ano, influenciam, de forma relevante, os números do comércio exterior do País.

Os principais países de origem das importações brasileiras, no período de janeiro a setembro deste ano, foram: China (20,0% - demais produtos manufaturados, plataformas de perfuração ou de exploração, aparelhos transmissores ou receptores e componentes), Estados Unidos (15,4% - óleos combustíveis, demais produtos manufaturados e demais produtos básicos) e Argentina (6,0 % - veículos de carga, automóveis de passageiros e trigo em grãos).

A balança comercial brasileira é superavitária com a China (+US\$ 20.418,4 milhões) e Argentina (+US\$ 4.066,1 milhões) e deficitária com os Estados Unidos (-US\$ 555,9 milhões).

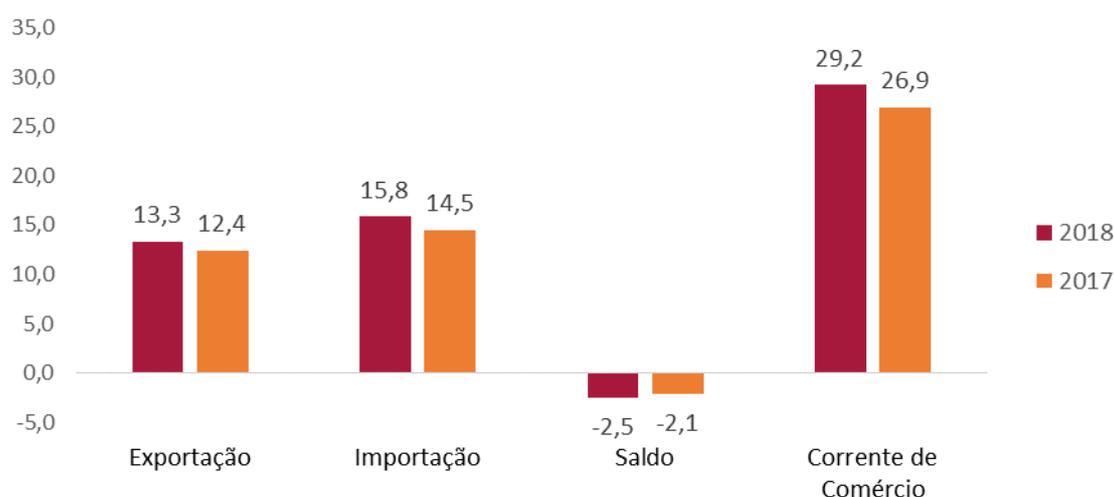
Tabela 2 - Brasil - Importação por categoria de uso - Jan-set/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	Jan - set/2018		Jan - set/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	21.317,0	15,8	11.651,7	10,5	83,0
Bens intermediários	78.772,5	58,2	70.127,5	63,0	12,3
Bens de consumo	19.351,3	14,3	16.891,3	15,2	14,6
Bens de consumo não duráveis	14.444,3	10,7	13.457,4	12,1	7,3
Bens de consumo duráveis	4.906,9	3,6	3.433,9	3,1	42,9
Combustíveis e lubrificantes	15.762,6	11,6	12.575,2	11,3	25,3
Bens não especificados anteriormente	141,9	0,1	85,0	0,1	67,0
Total	135.345,2	100,0	111.330,6	100,0	21,6

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do MDIC.

As exportações do Nordeste totalizaram US\$ 13.343,3 milhões no acumulado de janeiro-setembro de 2018, com incremento de 7,3% em relação ao mesmo período de 2017. As importações somaram US\$ 15.846,1 milhões, aumento de 9,3%. A balança comercial da Região, portanto, acumulou deficit de US\$ 2.502,7 milhões, até setembro deste ano, valor 21,6% superior ao computado no mesmo período do ano anterior (- US\$ 2.057,5 milhões), conforme especificado no Gráfico 2.

Gráfico 2 - Exportações, importações, saldo da balança comercial e corrente de comércio - Jan a set - US\$ bilhões



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA.

A decomposição das exportações nordestinas por fator agregado (Tabela 3) mostra que todos os subgrupos apresentaram crescimento no volume de vendas nos nove primeiros meses de 2018 ante o mesmo período de 2017, com destaque para os básicos (+12,6%) e semimanufaturados (+9,6%).

No grupo dos produtos básicos, o destaque foram as exportações de soja, principal produto da pauta nordestina, com 17% de participação. As vendas externas da oleaginosa geraram receita de US\$ 2.267,4 milhões, com incremento de 20,1%, no período de janeiro a setembro deste ano sobre janeiro a setembro do ano passado. Em seguida, vêm as vendas de farelo e resíduos da extração de óleo de soja (US\$ 347,3 milhões) que registraram aumento de 50,3%, nesse período comparativo.

Já nas exportações de semimanufaturados, as vendas dos principais produtos do grupo, celulose (US\$ 1.433,6 milhões) e produtos semimanufaturados de ferro e aço (US\$ 743,9 milhões) cresceram 26,1% e 20,6%, respectivamente, no período em análise. Por sua vez, as exportações de açúcar de cana, em bruto retrocederam 44,5%.

No grupo dos produtos manufaturados (42,4% da pauta nordestina) houve ligeiro aumento de 2,7% das exportações no período em análise. Enquanto cresceram as receitas das exportações de óxidos e hidróxidos de alumínio (+39,7%), óleos combustíveis (+21,6%) e automóveis de passageiros (+16,3%), retrocederam as vendas de veículos de carga (-59,4%), hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, sulfonados, nitrados ou nitrosados (-42,7%) e calçados (-20,3%).

Os principais parceiros comerciais do Nordeste absorveram 50,5% das vendas externas da Região, no acumulado deste ano: China (23,6%), Estados Unidos (15,8%) e Argentina (11,0%). Comparativamente ao mesmo período de 2017, os acréscimos das exportações para China (+20,4%) e Estados Unidos (+15,0%) foram superiores ao registrado para a Argentina (+1,2%), devido à crise econômica enfrentada pelo país vizinho.

Tabela 3 - Nordeste - Exportação por fator agregado - Jan-set/2018/2017 - US\$ milhões FOB

Fator agregado	Jan - set/2018		Jan - set/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Básicos	3.584,4	26,9	3.182,5	25,6	12,6
Industrializados	9.655,4	72,4	9.154,7	73,6	5,5
Semimanufaturados	4.000,4	30,0	3.650,4	29,4	9,6
Manufaturados	5.655,0	42,4	5.504,3	44,3	2,7
Operações especiais ⁽¹⁾	103,6	0,8	97,8	0,8	5,9
Total	13.343,3	100,0	12.435,0	100,0	7,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA.

Nota: (1) As operações especiais incluem exportação em consignação, envio de amostras, exportações destinadas a feiras e exposições, exportação com pagamento em moeda nacional e reexportação.

Do lado das importações nordestinas (Tabela 4), os destaques foram o crescimento das aquisições de Bens de capital (+12,4%), Bens de consumo não duráveis (+16,5%) e de Combustíveis e lubrificantes (+27,7%). A aquisição de Bens Intermediários respondeu, entretanto, por 57,4% do total das compras externas, com acréscimo de 2,7% no período comparativo.

Os principais setores importados foram: combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas; ceras minerais (36,6%), veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios (8,9%), reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e suas partes (6,0%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios (5,5%).

Estados Unidos (28,7%), China (9,9%) e Argentina (8,9%) foram os principais países de origem das importações nordestinas no acumulado deste ano. Ante mesmo período do ano anterior, cresceram as compras oriundas dos Estados Unidos (+24,2%), China (+3,0%) e Argentina (+13,7%).

A balança comercial do Nordeste é superavitária com a China (+US\$ 1.584,2 milhões) e Argentina (+US\$ 58,3 milhões) e deficitária com os Estados Unidos (-US\$ 2.442,9 milhões).

Tabela 4 - Nordeste - Importação por grandes categorias econômicas – Jan-set/2018/2017 - US\$ milhões

Categoria de uso	Jan - set/2018		Jan - set/2017		Variação %
	Valor	Part. (%)	Valor	Part. (%)	
Bens de capital	1.241,7	7,8	1.105,2	7,6	12,4
Bens intermediários	9.090,0	57,4	8.847,1	61,0	2,7
Bens de consumo	1.151,0	7,3	1.101,5	7,6	4,5
Bens de consumo não duráveis	730,8	4,6	741,0	5,1	-1,4
Bens de consumo duráveis	420,1	2,7	360,5	2,5	16,5
Combustíveis e lubrificantes	4.361,7	27,5	3.416,0	23,6	27,7
Bens não especificados anteriormente	1,7	0,0	22,7	0,2	-92,5
Total	15.846,1	100,0	14.492,5	100,0	9,3

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da FUNCEXDATA.

8 Finanças Públicas

A arrecadação de ICMS no Brasil alcançou R\$ 351,5 bilhões, de janeiro a setembro de 2018, ante R\$ 327,2 bilhões no mesmo período de 2017, significando ganho real de 3,8%.

A concentração do ICMS é refletida na distribuição do tributo em termos regionais. O Sudeste respondeu por quase a metade do ICMS arrecadado nos nove primeiros meses de 2018, precisamente 49,7%. Com expressiva diferença, seguiram o Sul (17,7%); Nordeste (16,8%); Centro-Oeste (9,6%); e Norte (6,2%), conforme especificado na Tabela 1.

A título de comparação, segue a distribuição da população por Região: Sudeste (41,8%); Nordeste (27,5%); Sul (14,3%); Norte (8,7%); e Centro-Oeste (7,7%). Verifica-se, portanto que, em termos regionais, Sudeste, Sul e Centro-Oeste possuem participações na arrecadação de ICMS superiores, em comparação com suas respectivas porcentagens de população. No Norte e Nordeste, verifica-se o inverso, sendo que o maior hiato entre arrecadação de ICMS e população está no Nordeste.

A arrecadação de ICMS no Nordeste alcançou R\$ 59,2 bilhões, de janeiro a setembro de 2018, ante R\$ 54,2 bilhões em iguais meses de 2017, significando incremento real de 5,6% no período em análise. Nas demais regiões, os ganhos mais expressivos, em termos reais, ocorreram no Norte (+5,7%) e Centro-Oeste (+5,5%), seguido do Sudeste (+4,3%). Por sua vez, o Sul obteve perda real de 0,7%.

Todas as Unidades Federativas pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste obtiveram ganhos reais de arrecadação nos nove primeiros meses de 2018: Piauí (+12,0%), Maranhão (+7,1%), Pernambuco (+7,0%), Sergipe (+7,0%), Espírito Santo (+6,6%), Minas Gerais (+5,8%), Bahia (+5,4%), Rio Grande do Norte (+5,2%), Alagoas (+4,8%), Paraíba (+2,9%) e Ceará (+2,3%), conforme especificado na Tabela 1.

Bahia (R\$ 16,8 bilhões), Pernambuco (R\$ 11,7 bilhões) e Ceará (R\$ 8,7 bilhões) responderam por 62,8% do total arrecadado com ICMS no Nordeste nos nove primeiros meses de 2018. Tem-se, a seguir, o Maranhão (R\$ 5,1 bilhões), Rio Grande do Norte (R\$ 4,2 bilhões) e Paraíba (R\$ 4,0 bilhões). Em conjunto, referidos estados responderam por 22,5% do total obtido no Nordeste, no período em análise. Piauí (R\$ 2,4 bilhões), Alagoas (R\$ 2,3 bilhões) e Sergipe (R\$ 1,9 bilhão) ficaram com 14,7% do total coletado na Região.

Em termos setoriais, é importante ressaltar que a arrecadação somada dos setores secundário, terciário, energia e petróleo, combustíveis e lubrificantes alcançou 96,5% da arrecadação total do ICMS no Nordeste, no acumulado de 2018.

Vale registrar que a arrecadação do setor terciário (41,7%) representou a maior participação na coleta do ICMS do Nordeste nos primeiros nove meses de 2018. Seguiram petróleo, combustíveis e lubrificantes (22,9%), secundário (19,8%), energia (12,2%) e o setor primário (0,9%).

A expansão da arrecadação de ICMS no Nordeste em 2018 tem sido alavancada pelos segmentos de energia (+18,0%) e petróleo, combustíveis e lubrificantes (+10,7%), em face das elevações de preços desses itens. Tem-se então o secundário (+4,8%), o primário (+1,0%) e o terciário (+1,0%).

Em resumo, verifica-se uma retomada da arrecadação de ICMS no Nordeste, com os valores coletados aproximando-se daqueles obtidos em 2014. Cabe mencionar, contudo, expressivas variações entre as Unidades Federativas. Registre-se que o recolhimento do mencionado tributo na Região havia declinado 3,9% em 2015 e caído 2,0% em 2016, ambos em termos reais. Em 2017, ocorreu crescimento real de 3,2%.

Tabela 1 - Arrecadação de ICMS em 2017 e 2018 - R\$ Milhões

Estado/Região/País	2017	Part. %	2018	Part. %	Var. %	Var. Real %
Alagoas	2.689	0,8	2.918	0,8	8,5	4,8
Bahia	15.387	4,7	16.789	4,8	9,1	5,4
Ceará	8.223	2,5	8.706	2,5	5,9	2,3
Maranhão	4.591	1,4	5.092	1,4	10,9	7,1
Paraíba	3.801	1,2	4.049	1,2	6,5	2,9
Pernambuco	10.562	3,2	11.697	3,3	10,7	7,0
Piauí	2.744	0,8	3.180	0,9	15,9	12,0
Rio Grande do Norte	3.829	1,2	4.171	1,2	8,9	5,2
Sergipe	2.359	0,7	2.613	0,7	10,7	7,0
Nordeste	54.185	16,6	59.215	16,8	9,3	5,6
Norte	19.858	6,1	21.724	6,2	9,4	5,7
Sudeste	161.724	49,4	174.531	49,7	7,9	4,3
Minas Gerais	33.492	10,2	36.662	10,4	9,5	5,8
Espírito Santo	6.808	2,1	7.513	2,1	10,4	6,6
Sul	60.431	18,5	62.121	17,7	2,8	-0,7
Centro-Oeste	31.043	9,5	33.904	9,6	9,2	5,5
Brasil	327.240	100,0	351.495	100,0	7,4	3,8

Fonte: Elaboração Banco do Nordeste / ETENE, com dados do Banco Central e Ministério da Fazenda.

As Transferências Fiscais representam repasses de verbas entre instituições públicas, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

Tanto o FPE quanto o FPM são oriundos de um percentual da receita obtida com o Imposto de Renda e com o Imposto sobre Produtos Industrializados (21,5% para o FPE e 24,5% para o FPM). Dos valores distribuídos para os fundos, deduz-se 20,0% para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Os repasses para os estados e municípios são determinados, principalmente, pela dimensão da população e pelo nível de renda per capita dos entes federativos.

Ressalte-se que as Unidades Federativas das regiões de menor desenvolvimento econômico, a exemplo do Nordeste, dependem de forma substancial dos repasses constitucionais.

Conforme a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), o FPE, nos nove primeiros meses de 2018, totalizou R\$ 53,2 bilhões, ante R\$ 49,9 bilhões no mesmo período de 2017, conforme a Tabela 2. O crescimento real do FPE, descontada a inflação do período, foi de +3,0%.

O FPE para os estados do Nordeste alcançou R\$ 27,8 bilhões, aumento real de +2,7% em comparação com o mesmo período de 2017. Portanto, a Região recebeu 52,3% do total do orçamento do FPE. Os valores destinados para os Estados do Nordeste estão especificados na Tabela 2. Todas as Unidades Federativas do Nordeste obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPE nos nove primeiros meses de 2018, em comparação com 2017.

O FPM no País somou R\$ 59,8 bilhões até setembro de 2018, em comparação com R\$ 56,3 bilhões em 2017 (Tabela 2). O crescimento real foi +2,6%. O FPM para o Nordeste totalizou R\$ 21,1 bilhões, crescimento real de +2,2%, em comparação com o mesmo período de 2017. O FPM destinado aos municípios do Nordeste representou 35,3% do total do orçamento desse Fundo.

Todos os Estados do Nordeste, à exceção de Alagoas, obtiveram crescimento real no volume de recursos do FPM em 2018, em comparação com 2017. A perda real de Alagoas (-2,3%) ocorreu em função do aumento de sua renda per capita, um dos indicadores usados para a distribuição dos recursos.

O FPM destinado para as capitais atingiu R\$ 6,0 bilhões até setembro de 2018, aumento de +2,6% em termos reais, em relação a 2017. O FPM para as capitais do Nordeste alcançou R\$ 2,8 bilhões, com perda real de -0,5%. Maceió (-17,7%) e Salvador (-7,4%) tiveram reduções em seus respectivos valores, em função do crescimento de suas rendas per capita, seus coeficientes caíram 19,8% e 9,7%, respectivamente. Em Aracaju (+15,8%) aconteceu o contrário, a renda per capita caiu, e em consequência, o coeficiente aumentou em 12,8%.

Tabela 2 - FPE e FPM - Brasil, Nordeste e Estados – Primeiro Semestre de 2017 e 2018 e previsão para Julho/18 – Setembro/18 – R\$ Milhões

Estados/Região	FPE		FPM		FPM CAPITAIS		PREVISÕES 2018: Outubro a dezembro		
	2017	2018	2017	2018	2017	2018	FPE	FPM	FPM Capitais
Alagoas	2.091	2.233	1.344	1.358	302	257	734	507	96
Bahia	4.675	4.970	5.245	5.494	483	463	1.633	2.051	173
Ceará	3.651	3.877	2.798	2.973	483	515	1.274	1.110	192
Maranhão	3.599	3.824	2.339	2.514	302	322	1.256	938	120
Paraíba	2.383	2.538	1.767	1.878	193	206	834	701	77
Pernambuco	3.430	3.650	2.770	2.943	304	324	1.199	1.099	121
Piauí	2.156	2.299	1.496	1.590	302	322	755	594	120
Rio Grande do Norte	2.081	2.208	1.395	1.482	174	185	725	553	69
Sergipe	2.067	2.193	820	895	155	185	720	334	69
Nordeste	26.132	27.792	19.973	21.126	2.699	2.781	9.129	7.887	1.038
Espírito Santo	764	827	990	1.068	87	103	2.231	321	28
Minas Gerais	2.223	2.389	7.389	7.850	290	309	0	2.396	94
Brasil	49.937	53.233	56.260	59.761	5.626	5.976	17.486	22.311	2.231

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados da STN.

9 Intermediação Financeira

De acordo com o Banco Central, as contratações de crédito no País somaram R\$ 2,7 trilhões nos nove primeiros meses de 2018, representando incremento de 11,2% em 2018. Os recursos livres predominaram amplamente (R\$ 2,4 trilhões em concessões, acréscimo de 11,8% no acumulado de 2018), enquanto que as contratações com recursos direcionados somaram R\$ 0,3 trilhão (declínio de 3,0% no corrente ano).

As concessões da carteira de pessoas físicas totalizaram R\$ 1,5 trilhão, registrando expansão de 10,0% no acumulado de 2018, com destaque para os avanços no crédito consignado e nos empréstimos para a compra de veículos.

Quanto à carteira de pessoas jurídicas, as contratações somaram R\$ 1,2 trilhão, voltando a apresentar crescimento (+13,4%) no acumulado de 2018, após três anos seguidos de declínio. Destaque para as operações de antecipação de cartão de crédito, aquisição de veículos e financiamento à exportação.

As contratações para pessoas jurídicas com recursos livres aumentou 1,7% no mês e 10,3% em doze meses. Destacaram-se as expansões em antecipação de faturas de cartão e desconto de duplicatas e recebíveis. O crédito às empresas com recursos direcionados recuou 1,2% no mês (-9,2% em doze meses), refletindo a diminuição das contratações e a apreciação cambial nas operações com recursos do BNDES.

O saldo das operações de crédito do sistema financeiro nacional alcançou R\$ 3,2 trilhões em setembro, refletindo o aumento nas contratações com pessoas físicas e jurídicas e o efeito da depreciação cambial no saldo, sobretudo com empresas. As operações com pessoas físicas totalizaram R\$ 1,7 trilhão e cresceram 4,3% nos nove primeiros meses de 2018. As operações com pessoas jurídicas somaram R\$ 1,4 trilhão, porém, declinaram 0,5% no ano em curso.

O saldo total de crédito expandiu nominalmente 2,5% em 2018, abaixo, porém, da variação inflacionária (+3,3%) no período de janeiro a setembro do corrente ano. Registre-se ainda que as carteiras têm apresentado desempenhos diferenciados.

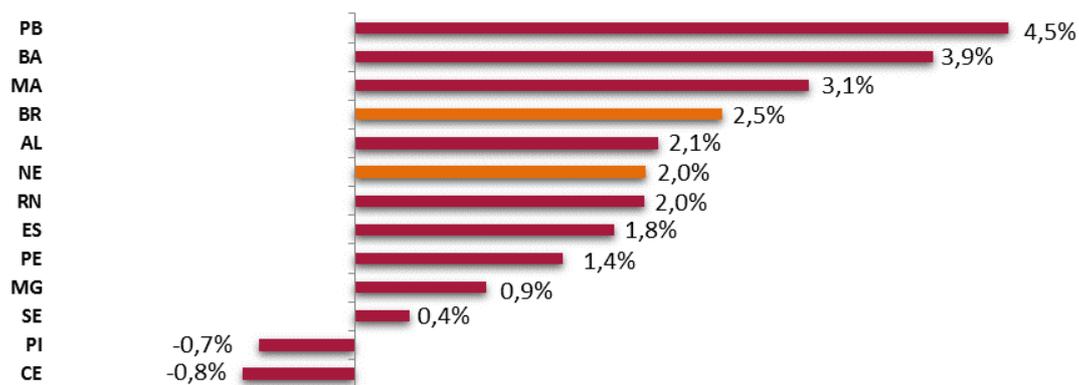
Assim é que a carteira de pessoas físicas (+4,8%) e a de recursos livres (+5,9%) cresceram em termos reais, enquanto os recursos direcionados (-1,1%) decresceram, inclusive em termos nominais.

O saldo da carteira de pessoas jurídicas, que é a propulsora do crescimento econômico, recuou 0,1% nos nove primeiros meses de 2018. Nesse sentido, o saldo da carteira de indústria (-4,5%) permanece em queda em 2018. Por outro lado, agropecuária (+12,6%), serviços (+1,7%) e comércio (+0,4%) aumentaram os respectivos saldos no corrente ano.

Com exceção da Paraíba (+4,5%), Bahia (+3,9%) e Maranhão (+3,1%), a expansão do crédito no Nordeste (+2,0%) e nos demais estados foi inferior à média do País no acumulado de janeiro/setembro de 2018, conforme especificado no Gráfico 1.

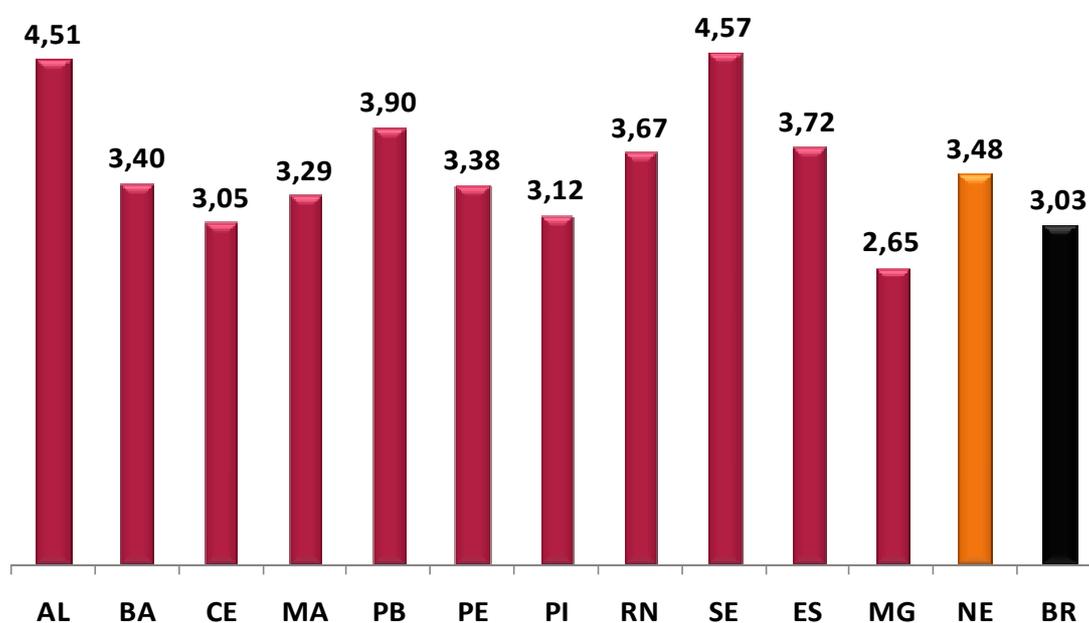
A taxa média de juros das operações contratadas em setembro alcançou 24,4% a.a. Na carteira livre, a taxa atingiu 38,1%, sendo 52,2% a.a. na carteira de pessoas físicas e 20,4% a.a. na de pessoas jurídicas. A inadimplência média nacional alcançou 3,03% em setembro e no Nordeste atingiu 3,48%. Quanto aos Estados pertencentes à área de atuação do Banco do Nordeste, Sergipe (4,57%) registrou a maior inadimplência, enquanto que Minas Gerais apresentou a menor (2,65%). Os dados para as demais Unidades Federativas estão especificados no Gráfico 2.

Gráfico 1 - Variação do saldo de crédito no Brasil e área de atuação do BNB - % acumulado de jan/set 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

Gráfico 2 - Inadimplência no Brasil e área de atuação do BNB - % em setembro de 2018



Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do Banco Central.

10 Índices de Preços

O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil variou +0,48% em setembro, sendo o maior crescimento para um mês de setembro desde 2015, quando o IPCA alcançou 0,54%. No acumulado de 2018, o IPCA ficou em 3,34%, acima dos 1,78% registrados em igual período de 2017. Nos últimos 12 meses, o índice alcançou 4,53%, vide Tabela 1. As informações são do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O IPCA do Nordeste variou positivamente em setembro de 2018, ou seja, +0,31%, em contraste com a deflação -0,24% ocorrida no mês anterior. No acumulado de 2018, a inflação alcançou 2,82%, acima do 1,96%, registrado em igual período de 2017. No acumulado dos últimos 12 meses terminados em setembro, o índice regional apresentou aceleração de 3,41%.

As capitais do Nordeste, que são pesquisadas pelo IBGE, apresentaram incremento de preços em setembro: São Luis (+0,72%), Salvador (+0,35%), Fortaleza (+0,28%), Recife (+0,15%) e Aracaju (+0,08%), conforme especificado na Tabela 2. Salvador segue com o IPCA mais elevado no acumulado de 2018 (+3,30%) e no acumulado dos últimos 12 meses (+3,60%). Tem-se, então, Recife (+2,55% no acumulado de 2018 e +3,39% no acumulado dos últimos 12 meses), Fortaleza (+2,27% no acumulado de 2018 e +3,07% no acumulado dos últimos 12 meses), São Luís (+2,13% no acumulado de 2018) e Aracaju (+1,74% no acumulado de 2018), vide Tabela 2.

A dinâmica inflacionária no Nordeste decorreu, em setembro, da variação de preços ocorrida em três grupos, que respondem por quase metade do índice nordestino. Transportes (+1,13%), Habitação (+0,41%) e Despesas Pessoais (+0,33%), que geraram impactos no índice regional de +0,19%, +0,06% e +0,03%, respectivamente.

No Nordeste, a maior variação do grupo Transportes ocorreu em São Luis (+2,11%), seguida por Aracaju (+1,92%). A menor variação verificou-se em Recife (+0,63%). No grupo Habitação, as duas únicas variações positivas ocorreram em São Luis (+3,53%) e Salvador (+0,26%). A maior deflação, neste grupo, registrou-se em Aracaju (-0,68%). Recife obteve a maior inflação no grupo Despesas Pessoais (+0,42%), seguida por Salvador (+0,34%). O único grupo com variação positiva acima do índice nacional foi Artigos de Residência (+0,31%). Salvador deteve a maior variação (+0,59%), seguida por Aracaju (+0,40%).

No grupo Transportes, do índice regional, o maior impacto verificou-se no subgrupo passagem aérea (+13,88%). Fortaleza (+0,46%) apresentou modesta variação. As maiores contribuições vieram de Recife (+26,42%) e São Luis (+17,72%). Neste grupo, cabe ainda registrar os aumentos na gasolina (+3,20%) e óleo diesel (+5,57%). As maiores variações no preço da gasolina ocorreram em Aracaju (+5,70%), São Luis (+4,10%) e Fortaleza (+4,10%). O preço do diesel variou de forma expressiva em Salvador (+8,70%) e São Luis (+7,50%).

No grupo Habitação, as maiores contribuições vieram do subgrupo artigos de limpeza (+0,81%) e energia elétrica residencial (+0,35%). Em artigos de limpeza, Salvador (+1,63%) e São Luis (+1,36%), apresentaram as maiores variações. Em energia, São Luis registrou a única variação positiva (+12,70%). A menor variação neste subgrupo verificou-se em Aracaju (-2,30%).

A variação de +0,31% no grupo Artigos de Residência decorreu, principalmente, em função da variação de preços em mobiliário (+0,70%), tendo Salvador apresentado a maior variação (+1,19%) e Fortaleza (+0,91%).

O grupo Alimentação e Bebidas, de maior peso nos índices nacional e regional, cresceu +0,05% no Nordeste em setembro, tendo desempenho distinto entre os subgrupos. Alimentação no domicílio (-0,22%) e alimentação fora do domicílio (+0,65%). No domicílio, a maior contribuição ocorreu em Aracaju (-0,96%), seguida por São Luis (-0,47%). Fora do domicílio, Salvador obteve a principal variação (+1,1%), seguida por Fortaleza (+0,69%) e Recife (+0,53).

Tabela 1 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no Brasil e Nordeste - Em %

IPCA - Grupo Pesquisado	2014		2015		2016		2017		2018	
	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste	Brasil	Nordeste
Alimentação e Bebidas	8,00	6,80	12,00	13,40	8,61	10,00	-1,87	-2,58	2,68	0,21
Habituação	8,80	10,30	18,30	12,50	2,84	6,29	6,26	7,00	7,80	7,30
Artigos de Residência	5,50	5,50	5,40	5,20	3,41	5,87	-1,48	-3,23	1,07	1,13
Vestuário	3,60	2,90	4,50	3,20	3,54	3,94	2,88	3,31	1,22	1,40
Transportes	3,80	2,70	10,20	10,90	4,24	3,24	4,10	5,54	6,93	6,14
Saúde e Cuidados Pessoais	7,00	7,00	9,20	9,10	11,05	11,51	6,52	5,59	5,39	4,89
Despesas Pessoais	8,30	7,50	9,50	10,40	8,01	7,50	4,39	3,86	3,25	2,70
Educação	8,50	7,90	9,20	8,90	8,87	7,69	7,11	8,03	5,27	6,17
Comunicação	-1,50	-0,40	2,10	3,10	1,27	0,95	1,76	1,63	0,41	0,05
Geral	6,40	6,00	10,70	10,40	6,29	7,19	2,95	2,55	4,53	3,41

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

Tabela 2 - Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) nas capitais do Nordeste

IPCA - Grupo Pesquisado	Fortaleza	Recife	Salvador	Aracaju	São Luis
Alimentação e Bebidas	0,31	0,05	0,16	0,16	-0,54
Habituação	-0,19	-0,15	0,26	-0,68	3,53
Artigos de Residência	0,36	0,03	0,59	0,40	-0,07
Vestuário	-0,52	-0,48	0,16	0,45	0,11
Transportes	1,22	0,63	1,04	1,92	2,11
Saúde e Cuidados Pessoais	-0,13	0,37	0,16	-0,65	-0,07
Despesas Pessoais	0,34	0,42	0,34	0,05	0,20
Educação	0,24	0,19	0,00	-0,08	0,02
Comunicação	-0,10	-0,01	-0,19	-0,17	-0,21
Índice Geral	0,28	0,15	0,35	0,08	0,72

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do IBGE.

11 Cesta Básica

O custo do conjunto de alimentos essenciais caiu 0,1% no Brasil em setembro de 2018, implicando redução de 3,7% em 12 meses, conforme especificado na Tabela 1. Os dados são da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos, realizada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

Os maiores impactos no índice nacional vieram da variação de preço do tomate (-6,3% e impacto de -0,6 p.p.), do grupo arroz, farinha e batata (-3,0% e -0,1 p.p.), feijão (-1,5% e -0,1 p.p.) e leite (-1,4% e -0,1 p.p.). Em sentido contrário, o pão registrou o aumento mais expressivo (+2,6% e 0,4 p.p.), seguido pela carne (+0,7% e 0,2 p.p.) e o grupo açúcar, café e óleo (+3,2% e 0,1 p.p.).

A cesta básica caiu em duas Regiões em setembro, sendo a maior no Nordeste (-0,9%), seguida pelo Norte (-0,2%). Nas demais regiões ocorreram incrementos: Centro-Oeste (+0,6%), Sul (+0,2%) e Sudeste (+0,1%), de acordo com os dados apresentados na Tabela 1.

Todas as regiões apresentaram queda no preço da cesta básica em 12 meses: Norte (-6,7%), Nordeste (-6,2%) e Centro-Oeste (-4,9%) apresentaram os recuos mais expressivos. Os declínios no Sul (-2,9%) e Sudeste (-1,9%) foram de menor intensidade, na mesma base de comparação (Tabela 1).

Em termos de valores monetários, a cesta mais cara permanece sendo a do Sudeste (R\$ 425,33), seguida do Sul (R\$ 407,04) e a do Brasil (R\$ 388,21). Tem-se então o Centro-Oeste (R\$ 379,03), Norte (R\$ 359,51) e o Nordeste (R\$ 335,74) com a cesta de menor custo. Referidos valores estão detalhados na Tabela 1.

Dentre as capitais pesquisadas (no total de 18), sete tiveram crescimentos em suas respectivas cestas em setembro. Campo Grande (+5,2%), Salvador (+1,3%) e Brasília (1,2%) registraram os incrementos mais expressivos em setembro. As maiores reduções foram registradas em Goiânia (-2,3%), Recife (-2,2%) e João Pessoa (-1,9%).

No acumulado de 12 meses, nenhuma capital do Nordeste obteve incremento no custo da cesta básica. As maiores reduções foram verificadas em Salvador (-8,2%) e João Pessoa (-7,1%). Seguem os demais resultados: Fortaleza (-5,9%), São Luis (-5,2%), Recife (-4,4%), Aracaju (-4,3%) e Natal (-4,0%).

As quedas mais expressivas, no acumulado de 2018, ocorreram em Salvador (-6,6%) e João Pessoa (-5,3%). Seguiram Fortaleza (-4,6%), São Luis (-3,6%), Aracaju (-3,5%), Recife (-3,1%) e Natal (-2,6%).

Em termos de valores monetários, Fortaleza permanece com a cesta básica mais cara no Nordeste (R\$ 367,14). Observa-se que a cesta básica dos fortalezenses é 9,4% maior que o valor da cesta regional (R\$ 335,74), além de superar em 16,2% a cesta mais barata da Região, ou seja, a de Salvador (R\$ 315,86). Os custos das cestas básicas nas demais capitais são: Aracaju (R\$ 342,34), Recife (R\$ 332,75), Natal (R\$ 330,30), João Pessoa (R\$ 328,99) e São Luis (R\$ 324,04).

Quanto aos preços dos alimentos no Nordeste, as principais variações positivas em setembro foram: banana (+11,4%), leite (+3,3%) e carne (+1,4%), todos em Salvador; e feijão (+1,3%) em João Pessoa. Em sentido inverso, tomate (-12,8%) em Recife; banana (-9,6%) e feijão (-4,3%) ambos em Natal.

As principais variações positivas, em 12 meses foram: tomate (+7,8%) em Natal; pão (+3,5%) em Fortaleza; e carne (+2,6%) em Aracaju. As maiores reduções foram: feijão (-46,8%) em Fortaleza; banana (-24,3%) em Salvador; leite (-9,0%) em Aracaju; e tomate (-6,4%) em Salvador. Em 2018, o preço do feijão (-40,0%) teve a queda mais expressiva em Fortaleza, seguida pela banana (-25,5%) em Salvador. O maior aumento em 2018 ocorreu no preço do tomate (+14,5%) em Recife, seguido pelo leite (+4,7%) em São Luis e pão (+4,5%) em Recife.

Vale registrar que o custo da cesta básica no Nordeste havia incrementado 20,3% em 2016 e declinado 2,8% em 2017. Considerando a redução de 4,8% em 2018, o custo dos alimentos essenciais permanece elevado na Região.

O Departamento Intersindical de Estudos Socioeconômicos (DIEESE) acompanha mensalmente a evolução dos preços de treze produtos alimentícios, assim como o gasto mensal para adquiri-los nas capitais do País.

Com isso, calcula-se a cesta básica de alimentos, que corresponde ao preço de uma ração alimentar composta por esses produtos. O Banco do Nordeste/ETENE construiu o valor da referida cesta para o Brasil e para as cinco regiões do País.

Tabela 1 - Valor da Cesta Básica no Brasil e Regiões

Valor da Cesta Básica no Brasil e Regiões (R\$)							
Período	Brasil	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
2017	Jan	412,96	400,12	371,71	412,91	438,15	424,69
	Fev	401,18	383,66	363,84	400,82	426,29	411,62
	Mar	406,35	381,03	369,89	402,73	434,45	413,33
	Abr	418,14	383,84	381,34	412,57	447,73	433,55
	Mai	418,04	386,29	375,15	409,15	451,92	430,81
	Jun	405,88	378,27	372,65	397,60	433,01	418,09
	Jul	407,38	372,56	370,60	396,33	438,19	425,04
	Ago	393,81	365,26	354,63	385,99	423,04	413,53
	Set	384,82	361,36	339,66	375,45	416,43	404,91
	Out	388,19	356,48	337,28	378,49	424,24	414,18
	Nov	382,76	351,00	335,76	373,07	416,42	409,62
	Dez	384,43	351,20	338,05	372,78	420,63	400,27
2018	Jan	403,80	360,74	358,66	397,15	439,86	421,56
	Fev	401,81	366,09	358,83	391,10	437,04	412,86
	Mar	399,66	361,82	350,06	389,91	437,82	417,45
	Abr	396,86	362,90	344,69	388,78	435,54	412,03
	Mai	401,58	361,70	350,69	393,46	440,76	418,26
	Jun	408,56	373,47	357,58	397,83	446,51	429,50
	Jul	393,21	357,58	346,31	381,37	429,82	411,04
	Ago	388,50	360,22	338,84	376,85	424,78	406,16
	Set	388,21	359,51	335,74	379,03	425,33	407,04
Variação da Cesta Básica (%)							
Em setembro	-0,1	-0,2	-0,9	0,6	0,1	0,2	
Em 2018	-1,8	-4,3	-4,8	-2,7	0,2	-1,1	
Em 12 meses	-3,7	-6,7	-6,2	-4,9	-1,7	-2,9	

Fonte: Elaboração BNB/ETENE, com dados do DIEESE.